

ESCOLA NAVAL

Edital 12/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
12/2026	762400-ESCOLA NAVAL	EDGAR PEREIRA DE MELO DA COSTA	07/04/2026 13:15 (v 0.3)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		63099.000143/2026-37

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90012/2026

CONTRATANTE (UASG)

762400

OBJETO

Registro de preços

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.400.000,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

De acordo com o previsto no PNCP

Critério de Julgamento:

Maior desconto por item

Modo de disputa:

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



ESCOLA NAVAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026

(Processo Administrativo nº 63099.000143/2026-37)

Torna-se público que Escola Naval, por meio do setor de Obtenção, sediada na Av. Sylvio de Noronha s/nº, Ilha de Villegagnon, Castelo, Rio de Janeiro–RJ, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, conforme as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Aquisição de Equipamentos de Ar Condicionado de 9.000 BTUS A 60.000 BTUS – Fornecimento e Instalação com base no maior desconto na tabela não desonerada SINAPI-RJ (Sistema Nacional de Preços e Índices para a Construção Civil), necessários para a manutenção, reparação e melhoria das instalações da Escola Naval conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste, Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. Em caso de divergência no Catmat, prevalecem as descrições dos itens conforme planilha do TR.

1.4 Nos termos do Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU.no presente processo os itens oriundos deste certame poderão ser renovados em sua totalidade ao quantitativo inicialmente registrados por necessidade da administração bem como anuência da licitante sendo observadas a manutenção da vantajosidade, a celebração de tal feito ocorrerá por termo aditivo dentro do prazo da vigência da ARP.

1.5. JULGAMENTO POR ITEM E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

1.5.1. A presente licitação terá julgamento POR ITEM, em observância à Súmula TCU nº 247, que estabelece a obrigatoriedade de permitir adjudicação por item quando o objeto for divisível, sendo que cada item constitui unidade autônoma de análise, classificação e habilitação.

1.5.2. Nas fases de julgamento e habilitação, cada licitante deverá apresentar proposta e documentação individualizada para cada item no qual tenha interesse em participar.

1.5.3. O julgamento das propostas será realizado de forma independente para cada item, podendo um mesmo licitante ser classificado em primeiro lugar em um ou mais itens.

1.5.4. A habilitação será verificada individualmente para cada item no qual o licitante tenha sido classificado em primeiro lugar.

1.5.5. OBRIGAÇÕES DE APRESENTAÇÃO INDIVIDUALIZADA POR ITEM

1.5.5.1. Durante as fases de julgamento e habilitação, os licitantes deverão apresentar, OBRIGATORIAMENTE, para CADA ITEM no qual participem:

1.5.5.1.1. Proposta de preços detalhada e individualizada;

1.5.5.1.2. Documentação de habilitação específica, quando exigida;

1.5.5.1.3. Catálogos técnicos dos produtos de cada item;

1.5.5.1.4. Amostras, quando solicitadas;

1.5.5.1.5. Quaisquer outros documentos solicitados pelo pregoeiro; e

1.5.5.1.6. Planilhas de custos individualizadas, quando aplicável.

1.5.6. EFEITOS DA APRESENTAÇÃO INADEQUADA

1.5.6.1. O licitante que deixar de apresentar adequadamente a documentação para qualquer item será:

1.5.6.1.1. DESCLASSIFICADO especificamente no item para o qual não apresentou a proposta ou documentação exigida;

1.5.6.1.2. INABILITADO no item em questão, sem prejuízo dos demais itens; e

1.5.6.1.3. Convocado o próximo colocado para análise apenas no item não atendido.

1.5.7. VEDAÇÕES NA APRESENTAÇÃO

1.5.7.1. É EXPRESSAMENTE VEDADO:

1.5.7.1.1. Apresentar documentação "em lote" ou "agrupada" para múltiplos itens;

1.5.7.1.2. Referenciar um item à documentação de outro item; e

1.5.7.1.3. Apresentar proposta única para múltiplos itens, salvo quando expressamente permitido.

1.5.8. ORGANIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO

1.5.8.1. Mesmo que o sistema eletrônico permita o upload de documentos de forma agrupada, cabe ao licitante organizar e identificar claramente qual documentação se refere a cada item específico, preferencialmente em arquivos separados e identificados por item visando celeridade.

1.5.8.2. A identificação inadequada da documentação por item poderá ensejar solicitação de esclarecimentos ou desclassificação/inabilitação do item específico.

1.5.9. ADJUDICAÇÃO FINAL

1.5.9.1. Após as fases de julgamento e habilitação, a adjudicação será realizada por item, podendo resultar em múltiplos adjudicatários para o mesmo processo licitatório.

1.5.9.2. A adjudicação de um item não condiciona nem interfere na adjudicação dos demais itens.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.10 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio uma vez o referido processo ser de baixa complexidade havendo diversas empresas no segmento que atendem as demandas deste processo não carecendo de reunião de consorciados para sua execução.

3.7.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.5 e 3.10.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.5 e 3.7.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7 No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.14.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.14.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.15.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.15.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor do desconto unitário do item;

6.1.2. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo previsto no TR

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não - cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD - Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item .

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01%.(Um por cento conforme previsão do TR)

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecúvel.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11.O modo de disputa será o aberto, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo, de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

7.21.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.1. empresas brasileiras;

7.22.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.26.6 As licitantes deveram apresentar todo e qualquer documentação solicitada via chat para o item a qual tenha ofertado sobre pena de desclassificação ao seu chamamento dentro do prazo proposto para apresentação.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecução das propostas valores inferiores a 30% (trinta por cento) do valor orçado pela Administração em conformidade ao previsto no estudo técnico preliminar e Termo de Referência.

8.9. A inexecução, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.10.1 A exequibilidade em questão quando solicitado em diligências deverá evidenciar o vulto ao valor ofertado ao item em questão devendo a licitante demonstrar a compatibilidade em descrição e valor compatíveis com o item ou grupo ofertado.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico - financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.1.2 Caso a licitante, após chamamento via chat pelo pregoeiro, opte por não encaminhar os documentos solicitados valendo-se da documentação do Sicafe, deverá manifestar-se sobre o chamado, indicando a substituição.

9.1.2.1 Caberá à licitante a responsabilidade pela veracidade e completude dos documentos apresentados em acordo ao Edital e seus anexos junto ao Sicaf

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20 %, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou cópia quando solicitados pelo pregoeiro no sistema.

9.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não - digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão observando a previsão do item 7.26.5

9.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até DUAS HORAS, para:

9.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.21A certidão de falência ou correlata, que não expressar a validade em seu inteiro teor, será considerada válida até 30 dias da data de sua expedição

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 7 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 3 dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 7 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de XX (xxxxx) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado como previsto no item 1.4

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.3.3. impedimento de licitar e contratar e

14.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 7 dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

- 15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: en.licitacao@marinha.mil.br
- 15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.
- 15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.
- 16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico e <https://licitacoescontratos.marinha.mil.br/licitacoes>
- 16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;
 - 16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
 - 16.11.2. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;
 - 16.11.3. Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços;
 - 16.11.4. Anexo IV – Modelo de Planilha de custos e formação de preços; e
 - 16.11.5. Anexo V – Modelo de Propostas de Preços.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Ordenador de Despesas Conforme Portaria nº 155/EN, anexa ao Processo.

VICTOR DA SILVA SCOTELLARO

Autoridade competente

ESCOLA NAVAL

Termo de Referência 47/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
47/2026	762400-ESCOLA NAVAL	BRUNO GOMES DE CARVALHO	28/04/2026 13:32 (v 0.4)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		63099.000143/2026-37

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Equipamentos de Ar Condicionado de 9.000 BTUS A 60.000 BTUS – Fornecimento e Instalação com base no maior desconto na tabela não desonerada SINAPI-RJ (Sistema Nacional de Preços e Índices para a Construção Civil), necessários para a manutenção, reparação e melhoria das instalações da Escola Naval, nos termos da tabela anexo a este Termo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	UF	QTD MÍN	QTD MÁX.	PREÇO UNIT	VALOR TOTAL MÁXIMO (R\$)
1	Equipamentos de Ar Condicionado de 9.000 BTUS A 60.000 BTUS – Fornecimento e Instalação. (baseados na Tabela SINAPI-RJ)	un	1.000	1.400.000	R\$ 1,00	R\$ 1.400.000,00
TOTAL					R\$1.400.000,00	

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contado da emissão da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Em consonância com o PARECER nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU, que interpreta os artigos 5º, 40, caput, e 84 da Lei nº 14.133/2021, combinado com o Decreto nº 11.462/2023, os itens deste processo poderão ser renovados integralmente, mantendo o quantitativo inicialmente registrado. Caso haja necessidade de prorrogação da vigência da

Ata de Registro de Preços pela Administração, com a anuência da licitante, a manutenção da vantajosidade dos itens homologados será verificada por meio de pesquisa de mercado. A celebração da prorrogação ocorrerá por termo aditivo, dentro do prazo de vigência da ARP.

1.7 As despesas para este processo constituem atividades de custeio, de acordo com o enquadramento nos limites estabelecidos no Decreto nº 10.193/2019, e Instrução da Circular 16/2024 da SGM/MB.

1.8 Para a presente licitação, os itens constantes no sistema (SIASG), apesar de corresponderem a itens avulsos, serão simbólicos, uma vez que não há atualmente item cadastrado no CATMAT que corresponda a aquisição de materiais conforme a tabela SINAPI-RJ. Deve-se levar em consideração para o preenchimento da proposta os itens descritos conforme tabela do item 1.1 deste instrumento.

1.9 Da Forma Da Cotação

1.9.1 Para efeito de cotação, será levado em conta o **MAIOR DESCONTO**, ou seja, o maior percentual de desconto oferecido na Tabela SINAPI atualizada – Sistema Nacional de Pesquisa de Custo e Índices da Construção Civil (SEM DESONERAÇÃO), o qual tem gestão compartilhada entre Caixa e IBGE e divulga mensalmente custo e índices da construção civil.

1.9.1.1 Da Forma do Lance

VALOR PARA COMPRASNET		
Valor da Proposta (valor do item) = R\$ 1,00 (Valor ficto)		
– Valor do Lance (a ser registrado no COMPRASNET) =		
$V_{\text{proposta}} = V_{\text{ficto}} - V_{\text{lance}}$		
Ex: (a) R\$ 0,85 = (b) R\$ 1,00 – (c) R\$ 0,15		
Onde:		
<ul style="list-style-type: none">• Valor da proposta = corresponde ao valor do desconto do item;• 1,00 = corresponde a um valor ficto arbitrado para fins de cadastramento de proposta e oferta de lances;e• Lance = (Valor COMPRASNET) correspondente a parcela da fórmula acima, o qual deverá ser cadastrado no referido sistema tanto para proposta quanto para eventual oferta de lances. <p>OBS: Os lances serão de R\$ 0,01 (um centavo), ou seja, cada R\$0,01 corresponde a 1% de desconto aplicado a aquisição sobre valor da Tabela SINAPI-RJ no mês correspondente.</p>		
Exemplos de cadastramento de proposta com valores hipotéticos:		
Valor da proposta	Fórmula	Lance
	$V_{\text{proposta}} = V_{\text{ficto}} - V_{\text{lance}}$	(Valor a ser registrado no Comprasnet)
R\$ 0,80 (c)	R\$ 1,00 – R\$ 0,80 (20% de desconto)	R\$ 0,80 (b)
R\$ 0,95 (c)	R\$ 1,00 – R\$ 0,95 (5% de desconto)	R\$ 0,95 (b)

1.9.1.1.2 Em caso de dúvidas ou não entendimento sobre a forma de lance, no período de esclarecimentos, os Licitantes deverão entrar em contato para sanar suas dúvidas mediante envio de e-mail para: en-licitacao@marinha.mil.br.

1.9.2. Será utilizado como referência os preços da Tabela SINAPI-RJ atualizada mensalmente no momento da emissão da Nota de Empenho, consultada no site da Caixa Econômica Federal (<https://www.caixa.gov.br/poder-publico/modernizacao-gestao/sinapi/Paginas/default.aspx>).

1.9.3. Na Ordem de Fornecimento de Materiais será detalhada a Nota de Empenho, com o item e seu desconto homologado na Ata de Registro de Preços, junto ao detalhamento do equipamento, será observado seu valor na tabela de insumos e composições SINAPI-RJ vigente na data da eventual aquisição, serão incluídos os valores dos descontos homologados e após isso será obtido o valor que a Administração de fato irá praticar junto as empresas.

1.9.4. Vejamos o exemplo a seguir: supondo que o item – CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP-II (SACO DE 50 KG) esteja cotado em R\$ 52,90 na Tabela de Insumos vigente e que o valor do desconto homologado na Ata de Registro de Preços seja de 10%, a Administração emitirá uma nota de empenho para o grupo 5 da Ata de Registro de Preços (MATERIAIS DE ALVENARIA ABRANGENDO CIMENTO, AREIA, BRITA, BLOCOS, TIJOLOS, ARGAMASSAS, CAL E DEMAIS ACESSÓRIOS, COMPLEMENTOS E AFINS BASEADO NA TABELA SINAPI-RJ) com o valor de R\$ 47,61 e enviará em anexo a Nota de Empenho ao fornecedor a Ordem de Fornecimento de Material, que detalhará quais itens irá de fato adquirir, aplicando os valores do SINAPI e o desconto homologado em sua classe de itens na Ata de Registro de Preços.

1.10. Do Valor de Referência

1.10.1. Para obter-se o custo estimado licitado, atribui-se o valor de R\$ 1,00 (um real) a cada unidade dos itens considerados no presente Certame.

1.10.2. Os preços são reajustáveis mensalmente de acordo a cada atualização do catálogo da tabela SINAPI/RJ, onde consta os valores dos materiais a serem fornecidos pela contratante, sendo irreeajustável o percentual de desconto homologado.

1.11. Do Desconto Mínimo Aceito

1.11.1. O Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI – divulga mensalmente custos e índices da construção civil. A gestão do sistema é compartilhada entre a CAIXA e o IBGE. A CAIXA é responsável pela base técnica de engenharia (especificação de insumos, composições de serviços e projetos referenciais) e pelo processamento de dados, enquanto o IBGE pela pesquisa mensal de preço, metodologia e formação dos índices.

1.11.2. A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, desde sua edição anual de 2003, determina que os custos do SINAPI sejam utilizados como referências para a razoabilidade de preços de obras públicas executadas com recursos federais do Orçamento Geral da União.

1.11.3. A tabela SINAPI por conter uma pesquisa mensal de preço daquela região conforme Instrução Normativa da Consultoria Jurídica da União nº 18, de 10 de janeiro de 2022, já se constitui no valor de referência para a aquisição dos bens sendo assim, o valor mínimo fixado para o desconto foi atribuído 1,33%, já que não terá tanta variação de preço, uma vez que já é o preço praticado no mercado local.

1.12. Do Desconto Máximo Aceito

1.12.1. Fica estabelecido que a faixa aceitável de desconto para cada item deve ser de até 30%, caso o licitante ofereça valor de desconto maior que este, deverá comprovar o valor de acordo com o item 6.22.1 do ETP. Não sendo viável e fundamentado nos autos do processo, a proposta não será aceita, levando a desclassificação e chamamento do próximo licitante.

1.12.2. O percentual máximo de desconto de 30% foi estipulado, pois, foi verificado na prática que os licitantes /fornecedores não conseguem ofertar, em regra, valor superior, uma vez que os próprios fabricantes não concedem esse desconto. Ora, se o fabricante do produto não consegue ofertar, em regra, desconto maior que 30%, o intermediário (licitante/fornecedor) que compra do fabricante não conseguirá conceder desconto maior. Contudo,

como informado anteriormente, a verificação de desconto superior a 30% será aferido pelo Pregoeiro/Administração, e devidamente fundamentado, poderá ser aceito.

1.13. Da composição e Justificativa do BDI pré-definido de 24%

1.13.1. A Composição e justificativa do BDI encontra-se pormenorizada no tópico 6.5 e seus subsequentes dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Conforme estabelecido no Parágrafo Único do Art. 1º do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, o Plano Anual de Contratações é dispensável ao Comando da Marinha. Apesar disso, a contratação está em consonância com o disposto no Planejamento Estratégico Organizacional (PEO) da Escola Naval, a partir do Objeto Estratégico OE-2. “Prover condições adequadas ao processo de ensino-aprendizagem” da Iniciativa Estratégica IE2.1: “Revitalizar as instalações físicas das instituições de ensino, visando ao aprimoramento da Formação Acadêmica e Militar Naval do pessoal”.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Só será admitida a oferta dos produtos elétricos que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, nos termos da Portaria INMETRO abaixo mencionadas, que aprovam os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.

4.1.1.1. Condicionadores de ar - Portaria INMETRO nº 7, de 04/01/2011, Portaria INMETRO nº 643, de 30/11/ 2012 e Portaria INMETRO nº 410, de 16/08/2013;

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Na presente contratação será admitida a similaridade ou padrão de qualidade de marcas conhecidas.

4.3. A admissão de similaridade ou padrão de qualidade de marcas conhecidas na aquisição de materiais para a manutenção das instalações da Escola Naval é justificada pela necessidade de assegurar que os produtos adquiridos atendam aos critérios de desempenho, qualidade e produtividade exigidos pela instituição. A prática de mencionar marcas de referência serve como um parâmetro de qualidade para facilitar a descrição do objeto e garantir que os bens adquiridos estejam em conformidade com os padrões técnicos e estéticos necessários.

4.4. Quando se indica uma marca como referência, deve-se utilizar expressões como “ou equivalente”, “ou similar” ou “ou de melhor qualidade”. Essa abordagem permite que produtos de diferentes marcas sejam aceitos, desde que apresentem desempenho e qualidade compatíveis com a marca de referência. Esse critério assegura que a Administração não se restrinja a uma única marca, promovendo a concorrência e permitindo a participação de um maior número de fornecedores, o que pode resultar em melhores condições de compra e economia para os cofres públicos.

4.5. A Administração Pública, ao permitir a menção de marcas de referência, deve também exigir que os fornecedores demonstrem que seus produtos possuem desempenho, qualidade e produtividade equivalentes ou superiores à marca citada. Isso garante que, independentemente da marca específica do produto adquirido, a qualidade necessária para a manutenção das instalações da Escola Naval seja mantida.

4.6. Além disso, é fundamental observar o princípio da padronização, conforme previsto no art. 43 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 9º, inciso I, alínea b, da IN Seges/ME nº 81, de 2022. A padronização assegura a compatibilidade das especificações estéticas, técnicas e de desempenho dos produtos adquiridos, contribuindo para a uniformidade e a eficiência das aquisições públicas.

4.7. A Portaria SEGES/ME nº 938, de 2022, que institui o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, também deve ser observada. Esse catálogo fornece uma referência consolidada para a padronização dos itens a serem adquiridos, facilitando o processo de compra e garantindo que os produtos adquiridos estejam alinhados com os padrões de qualidade estabelecidos pela Administração Pública.

4.8. Portanto, a admissão de similaridade ou padrão de qualidade de marcas conhecidas, seguida das expressões “ou equivalente”, “ou similar” ou “ou de melhor qualidade”, é uma prática essencial para garantir que os materiais adquiridos para a manutenção das instalações da Escola Naval atendam aos requisitos de desempenho e qualidade necessários, promovendo a padronização e a eficiência nas aquisições públicas.

Subcontratação

4.9. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.10. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega e instalação dos bens é de 15 (dez) dias, corridos de acordo com as necessidades da Administração, contados do recebimento da(s) respectiva(s) Nota(s) de Empenho pelo adjudicatário, de acordo com o quantitativo estabelecido pelo requisitante de modo formal através de e-mails institucionais podendo ser ou não a totalidade do empenho, ressaltando-se que o órgão licitador se comprometerá, por ocasião de cada solicitação de fornecimento, no seguinte endereço: Av. Almirante Sylvio de Noronha s/nº, Ilha de Villegagnon, Castelo, Rio de Janeiro–RJ, CEP: 20.021-010 nos horários de 09:30 as 12:00h e 13:00 as 16:00h de segunda à sexta.

5.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de até 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta do adjudicatário.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de % (por cento) 2 dois por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10 % (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito

público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.40. Não se aplica ao objeto.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO.

9.2. Do Desconto Máximo Aceito e Verificação de Exequibilidade

9.2.1. Fica estabelecido que a faixa aceitável de desconto para cada item deve ser de até 30%, caso o licitante ofereça valor de desconto maior que este, deverá comprovar o valor de acordo com o item **6.22.1** do ETP. Não sendo viável e fundamentado nos autos do processo, a proposta não será aceita, levando a desclassificação e chamamento do próximo licitante.

9.2.2. O percentual máximo de desconto de 30% foi estipulado, pois, foi verificado na prática que os licitantes /fornecedores não conseguem ofertar, em regra, valor superior, uma vez que os próprios fabricantes não concedem esse desconto. Ora, se o fabricante do produto não consegue ofertar, em regra, desconto maior que 30%, o intermediário (licitante/fornecedor) que compra do fabricante não conseguirá conceder desconto maior. Contudo, como informado anteriormente, a verificação de desconto superior a 30% será aferido pelo Pregoeiro/Administração, e devidamente fundamentado, poderá ser aceito.

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A4] [A5]

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. **balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, **índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um)**, obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.31. A empresa deverá demonstrar estar em conformidade com as seguintes exigências abaixo, que são pertinentes ao item:

9.31.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

9.31.2. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.31.3. Registro ou inscrição da licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, entidade competente para a fiscalização do exercício profissional, competente da região a que estiver vinculado a licitante, que comprove atividade relacionada com o objeto desta licitação, em plena validade.

9.31.4. NR6 - Equipamentos de Proteção Individual (EPIs): Garante a segurança dos trabalhadores durante a execução dos serviços, exigindo o uso adequado de EPIs;

9.31.5. NR10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade: Garante a segurança dos trabalhadores que interagem com instalações elétricas e serviços com eletricidade, prevenindo acidentes e protegendo a integridade física dos profissionais;

9.31.6. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31.6.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.32. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.32.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.32.2. Será exigido que a licitante vencedora comprove o fornecimento de itens similares ou compatíveis, na quantidade mínima de 10% (dez por cento) do quantitativo demandado.

9.32.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.36. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 1.400.000,00 (um milhão quate cinco mil reais), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura da ATA ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2. Com fulcro na IN 81/2022, o presente TR não se classifica nos termos da lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011.

APROVAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS

No uso das atribuições conferidas no inciso III do art. 13º da Portaria. 85/EN, de 06 de junho de 2022, do Comandante da Escola Naval, Em cumprimento ao disposto no art. 7 da lei no 14.133/21 e de competência a mim delegada APROVO o contido no presente Termo de Referência, cuja finalidade será abrir um processo licitatório para Aquisição de Equipamentos de Ar Condicionado de 9.000 BTUS A 60.000 BTUS – Fornecimento e Instalação com base no maior desconto na tabela não desonerada SINAPI-RJ (Sistema Nacional de Preços e Índices para a Construção Civil), necessários para a manutenção, reparação e melhoria das instalações da Escola Naval, estando presentes os elementos necessários à identificação dos itens que compõem o objeto, seus custos e todos os critérios para a participação da licitante.

Rio de Janeiro, na data da assinatura.

VICTOR DA SILVA SCOTELLARO

Capitão de Mar e Guerra(IM)

Ordenador de Despesas

ASSINADO DIGITALMENTE

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Não se aplica.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Não se aplica.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Membro da Equipe de Planejamento conforme Portaria Nº 173/EN, de 19 de dezembro de 2025.

RODRIGO DUARTE NEGROMONTE FERREIRA

Equipe de Planejamento

LEONARDO TORRES MASSA

Autoridade competente

ESCOLA NAVAL

Estudo Técnico Preliminar 38/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 63099.000143/2026-37

2. Descrição da necessidade**2.1. Objetivo**

2.1.1. O objetivo do presente processo licitatório é a Aquisição de Equipamentos de Ar Condicionado de 9.000 BTUS A 60.000 BTUS – Fornecimento e Instalação, incluindo os modelos Hi-Wall, Cassete (Teto), Piso-Teto e assemelhados, necessários à climatização, modernização e manutenção das instalações da Escola Naval. O objeto constitui **serviço comum de engenharia**, nos termos do art. 6º, inciso XXI, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021, sendo essencial para garantir a continuidade das atividades educativas e administrativas em condições adequadas de conforto térmico, segurança e eficiência energética, contribuindo diretamente para o cumprimento da missão da Escola Naval de formar futuros Oficiais da Marinha do Brasil com excelência.

Manutenção Preventiva, Corretiva e Modernização dos Sistemas de Climatização

2.1.2. A manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de climatização é essencial para prolongar a vida útil dos equipamentos instalados e garantir o pleno funcionamento dos ambientes da Escola Naval. Muitos dos condicionadores de ar atualmente em operação nas dependências da EN encontram-se em estágio avançado de obsolescência, com queda de eficiência energética, aumento de consumo de energia elétrica e recorrência de falhas operacionais. A contratação de serviço especializado de fornecimento e instalação de novos equipamentos permitirá a substituição programada dos aparelhos desgastados e a ampliação da capacidade de climatização em ambientes que ainda não dispõem do serviço, prevenindo problemas maiores e custos adicionais futuros.

Impacto na Qualidade do Ensino e no Ambiente de Trabalho

2.1.3. As condições térmicas dos ambientes de ensino impactam diretamente a qualidade do aprendizado e o desempenho dos discentes, docentes e servidores. Salas de aula, laboratórios, bibliotecas e espaços administrativos devidamente climatizados proporcionam ambiente mais confortável, favorecendo a concentração, a produtividade e a eficácia das atividades pedagógicas e administrativas. A ausência ou o mau funcionamento dos sistemas de climatização, especialmente no clima quente do Rio de Janeiro, representa fator de comprometimento direto do desempenho institucional da Escola Naval.

Segurança dos Usuários

2.1.4. A segurança dos alunos, professores e funcionários é prioridade máxima. A instalação de condicionadores de ar envolve serviço de engenharia especializado, com riscos técnicos inerentes ao manuseio de fluido refrigerante, conexões elétricas em tensão, fixação estrutural de equipamentos em altura e adequação às normas regulamentadoras vigentes. A execução do serviço exclusivamente por empresa habilitada, com responsável técnico registrado no CREA ou CFT e emissão de ART ou RRT para cada instalação, é condição indispensável à segurança da execução e ao funcionamento seguro dos equipamentos instalados, nos termos da ABNT NBR 16.280:2015 e demais normas aplicáveis.

Conformidade com Normas Técnicas

2.1.5. A contratação do serviço de fornecimento e instalação de condicionadores de ar deve observar rigorosamente as normas técnicas e os regulamentos vigentes. Isso inclui a conformidade com as especificações técnicas exigidas pelo **CREA** (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou **CFT** (Conselho Federal dos Técnicos Industriais), com as normas do **INMETRO** para certificação de eficiência energética (Programa PROCEL), com as normas **ABNT** aplicáveis a sistemas de refrigeração e climatização, e com as exigências do **IBAMA** quanto ao manuseio e destinação de fluidos refrigerantes, nos termos da **Instrução Normativa IBAMA nº 17/2009**. Essas conformidades garantem que todas as instalações executadas estejam em plena conformidade com as exigências legais, promovendo a segurança e a eficácia dos serviços realizados.

Utilização das Composições de Serviço da Tabela SINAPI como Referencial de Preço

2.1.6. A utilização das **Composições de Serviço da tabela SINAPI-RJ** (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), especificamente do **Caderno Técnico SINAPI de Instalações de Ar Condicionado**, publicado pela Caixa Econômica Federal, como referência para os custos do serviço a ser contratado garante a economicidade e a transparência deste processo licitatório. O SINAPI é fonte confiável, de gestão federal compartilhada entre a CAIXA e o IBGE, e representa parâmetros atualizados e consistentes para a avaliação dos custos de serviços de construção civil e engenharia. Diversamente dos preços de insumos isolados, as **composições de serviço SINAPI** representam o **custo direto de execução** do serviço — sem a inclusão do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) —, razão pela qual o presente processo prevê expressamente o **BDI pré-definido pela Administração no percentual de 24% (vinte e quatro por cento)**, fixado com base nos parâmetros do **Acórdão TCU nº 2.622/2013 — Plenário**, para a correta formação do preço final a ser contratado, nos termos do **art. 9º do Decreto nº 7.983/2013**.

Modernização e Eficiência Energética

2.1.7. Além da manutenção corretiva dos sistemas de climatização existentes, a contratação possibilita a modernização do parque de equipamentos da Escola Naval, por meio da instalação de condicionadores de ar de nova geração, **classe A de eficiência energética** (certificados pelo PROCEL/INMETRO), com tecnologia de menor consumo elétrico e utilização de fluidos refrigerantes com menor Potencial de Aquecimento Global (PAG), em conformidade com o **Protocolo de Montreal** e com a **Resolução CONAMA nº 267/2000**. A modernização dos sistemas de climatização contribui para a redução dos custos operacionais de energia elétrica a longo prazo, para a sustentabilidade ambiental e para o alinhamento da Escola Naval às diretrizes de eficiência energética do **Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012**.

2.2. Benefícios Esperados

Redução de Custos

2.2.1. A contratação planejada de serviço de fornecimento e instalação de equipamentos de climatização de alta eficiência energética resultará na redução de custos operacionais a longo prazo, minimizando gastos com energia elétrica, com a manutenção corretiva de equipamentos obsoletos e com paralisações de atividades decorrentes de falhas nos sistemas de climatização. A adoção do **BDI pré-definido de 24%** neste processo garante, adicionalmente, que o preço final contratado seja justo, transparente e plenamente compatível com os parâmetros referenciais do TCU, evitando pagamentos indevidos e protegendo o erário público.

Melhoria da Eficiência Operacional

2.2.2. Com os equipamentos instalados e em pleno funcionamento, as equipes de ensino, pesquisa e administração da Escola Naval poderão desenvolver suas atividades em ambientes climatizados adequadamente, reduzindo o impacto do clima quente sobre a produtividade, a saúde e o bem-estar dos usuários. A eficiência operacional dos ambientes institucionais é fator diretamente relacionado ao cumprimento da missão educacional e administrativa da EN e ao padrão de excelência que a instituição se propõe a manter.

Valorização do Patrimônio

2.2.3. A conservação e a modernização dos sistemas de climatização da Escola Naval valorizam o patrimônio da instituição, assegurando que as instalações mantenham padrão adequado de funcionalidade, conforto e eficiência. Isso contribui para a imagem institucional da EN junto aos discentes, professores, servidores civis, militares e visitantes, reforçando o posicionamento da Escola Naval como instituição de excelência na formação de Oficiais da Marinha do Brasil.

Amparo Legal

2.2.4. A realização do presente processo licitatório encontra amparo na **Lei nº 14.133/2021**, que dispõe sobre as normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas direta, autárquica e fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O objeto enquadra-se como **serviço comum de engenharia**, passível de contratação mediante **Pregão Eletrônico**, nos termos dos **arts. 6º, inciso XXI, alínea "a", e 29, inciso I**, da mesma lei. A lei estabelece os princípios da transparência, economicidade e eficiência, norteados todas as fases do processo licitatório.

Artigo 82 da Lei nº 14.133/2021

2.2.5. O **art. 82 da Lei nº 14.133/2021** permite a adoção do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, modalidade que oferece maior flexibilidade e eficiência na gestão das contratações públicas. O SRP permite que as contratações sejam realizadas conforme a demanda, estabelecendo a quantidade máxima de cada item no edital de licitação, proporcionando uma abordagem adaptável às necessidades variáveis da Administração ao longo do período de vigência da Ata de Registro de Preços, sem a obrigatoriedade de contratação de todo o quantitativo previsto.

Instruções Normativas

- **IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021:** regula a pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços na Administração Pública Federal, estabelecendo os parâmetros para justificativa de preços em processos licitatórios, com base em tabelas de referência formalmente aprovadas pelo Poder Executivo Federal, como o SINAPI;
- **IN SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022:** disciplina o procedimento de elaboração do Estudo Técnico Preliminar no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, detalhando os elementos obrigatórios de análise e justificativa da contratação;
- **IN SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022:** regulamenta o Pregão Eletrônico no âmbito da Administração Pública Federal, estabelecendo os procedimentos para condução das fases interna e externa do certame.

Decretos

- **Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012:** institui a política nacional de compras públicas sustentáveis, promovendo a aquisição de bens e serviços que causem o menor impacto ambiental possível, incluindo a preferência por equipamentos com certificação de eficiência energética;
- **Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013:** estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia contratados com recursos dos orçamentos da União, incluindo a obrigatoriedade de previsão expressa do BDI para composições de serviço de engenharia;
- **Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023:** regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto na Lei nº 14.133/2021, estabelecendo os requisitos e procedimentos para sua utilização pela Administração Pública Federal.

2.3. Com fulcro no **Decreto nº 8.540/2015, art. 3º, c/c a Lei nº 14.133/2021, art. 11, inciso I**, o presente processo é de interesse desta Administração, sendo essencial a esta Unidade Gestora para o cumprimento de sua missão institucional, não causando impacto ambiental negativo, desde que observadas as medidas de mitigação previstas neste Estudo Técnico Preliminar quanto ao descarte de fluidos refrigerantes, embalagens e resíduos de instalação, nos termos da legislação ambiental vigente.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Serviços Gerais	Wesley de Souza

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Trata-se da contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de equipamentos de ar-condicionado do tipo Split ON/OFF, nas capacidades de 9.000 BTU/h a 60.000 BTU/h, compreendendo os modelos Hi-Wall, Cassete (Teto), Piso-Teto e semelhantes, por meio de Pregão Eletrônico, na forma de Sistema de Registro de Preços (SRP), tendo como referencial de custo direto as Composições de Serviço da tabela SINAPI-RJ (Caderno Técnico SINAPI de Instalações de Ar Condicionado — Caixa Econômica Federal), tabela não desonerada, Estado do Rio de Janeiro. O critério de julgamento será o de maior desconto sobre o custo direto das Composições SINAPI aplicáveis a cada equipamento, com BDI pré-definido pela Administração no percentual de 24% (vinte e quatro por cento), fixado com base nos parâmetros do Acórdão TCU nº 2.622/2013 — Plenário, incidente sobre o custo direto após a aplicação do desconto ofertado pelo licitante. O desconto ofertado será único e incidirá igualmente sobre todas as composições SINAPI que compõem o objeto, independentemente da capacidade ou do modelo do equipamento.

4.2. O SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), de gestão compartilhada entre a Caixa Econômica Federal e o IBGE, divulga mensalmente os custos médios e índices da construção civil para todos os Estados da Federação. Além dos preços de insumos (materiais e equipamentos isolados), o SINAPI publica Composições de Serviço, organizadas em Cadernos Técnicos por especialidade, que representam o custo direto de execução do serviço de engenharia — incluindo mão de obra com encargos, equipamentos e materiais de instalação — sem a inclusão do BDI. As composições aplicáveis ao presente objeto estão reunidas no Caderno Técnico SINAPI de Instalações de Ar Condicionado, e abrangem os diferentes modelos e capacidades de condicionadores de ar Split ON/OFF disponíveis no mercado.

A título de **exemplo ilustrativo** da metodologia, a Composição SINAPI nº 103272 (AF_11/2021_PE — Split ON/OFF Cassete Teto, 36.000 BTU/h, ciclo quente/frio) apresenta a seguinte estrutura de custo direto:

Tipo	Código	Descrição	Unidade	Coeficiente
Composição	100308	Mecânico de refrigeração com encargos complementares	H	4,7527
Composição	88243	Ajudante especializado com encargos complementares	H	4,7527
Insumo	39559	Ar-condicionado Split Cassete, 36.000 BTU/h, Classe A — PROCEL, gás HFC	UN	1,0
Insumo	37591	Suporte mão-francesa em aço, cap. mín. 70 kg	UN	2,0
Insumo	13348	Arruela em aço galvanizado	UN	4,0
Insumo	13246	Parafuso de aço zincado sextavado c/ porca e arruela	UN	4,0
Insumo	11976	Chumbador de aço zincado	UN	10,0
Insumo	1570	Terminal a compressão em cobre estanhado para cabo 2,5 mm ²	UN	10,0

Esta composição é apresentada exclusivamente como referência metodológica.

O objeto da presente licitação abrange todas as composições de serviço do Caderno Técnico SINAPI — Instalações de Ar Condicionado correspondentes a equipamentos nas capacidades de 9.000 BTU/h a 60.000 BTU/h, nas tipologias demandadas pela Escola Naval. A composição aplicável em cada Ordem de Serviço será a que corresponder à capacidade e ao modelo do equipamento solicitado, sempre com base na tabela SINAPI-RJ não desonerada do mês de homologação da ATA.

4.3. Para que o presente serviço seja contratado e corretamente executado, os requisitos mínimos a seguir especificados deverão ser observados, a fim de garantir que a empresa contratada represente a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em consonância com os princípios da economicidade e da sustentabilidade econômica e ambiental.

4.3.1. A proposta deve ser a mais vantajosa para a Administração e os equipamentos fornecidos devem atender ao padrão mínimo de qualidade condizente com a legislação vigente, incluindo obrigatoriamente a certificação de eficiência energética PROCEL/INMETRO mínima Classe A, conformidade com a ABNT NBR IEC 60335-2-40 (segurança de aparelhos de climatização e bombas de calor) e com as normas do fabricante.

4.3.2. De acordo com o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e em conformidade com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (CGU/AGU, 8ª edição, 2025), os equipamentos fornecidos e os serviços executados deverão estar em conformidade com as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, observando-se, no que couber, os critérios da IN SLTI/MPOG nº 01/2010. Em especial, os equipamentos deverão utilizar fluido refrigerante com menor Potencial de Aquecimento Global (PAG), em conformidade com o Protocolo de Montreal e com a Resolução CONAMA nº 267/2000, sendo vedada a utilização de fluidos R-22 (HCFC) ou similares de elevado PAG.

4.3.3. Os equipamentos fornecidos e seus acessórios de instalação devem, no que couber, ser constituídos de materiais recicláveis, atóxicos e com menor impacto ambiental, em conformidade com as ABNT NBR 15448-1 e 15448-2, devendo a Contratada adotar procedimentos de descarte ambientalmente adequado para embalagens, fluidos residuais e demais resíduos gerados durante a instalação, nos termos da Resolução CONAMA nº 307/2002.

4.3.4. Deverão ser observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação pelo **INMETRO** (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia) como produto sustentável ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares, sendo dada preferência a equipamentos com selos e certificações de eficiência energética e ambiental reconhecidos.

4.3.5. Deverão ser seguidas fielmente as obrigações e o modelo de execução previstos no Termo de Referência e no Edital convocatório, incluindo a execução da instalação por profissional habilitado perante o CREA ou CFT, com emissão de ART ou RRT antes do início de cada instalação, e a realização dos procedimentos de comissionamento e teste de funcionamento do equipamento ao término do serviço.

4.3.6. A instalação deverá ser realizada no local designado pela Administração da Escola Naval, conforme indicado em cada Solicitação de serviço, no prazo estabelecido no Termo de Referência, com fornecimento de todos os materiais de instalação previstos na Composição SINAPI correspondente ao equipamento demandado, sem ônus adicional para a Administração.

4.3.7. Os equipamentos fornecidos deverão possuir garantia mínima de **12 (doze) meses** contra defeitos de fabricação, contados da data do recebimento definitivo, e garantia da instalação executada de **6 (seis) meses**, conforme o **art. 618 do Código Civil**. Os equipamentos deverão ser entregues em embalagem original, lacrada e inviolada, acompanhados de manual de instruções em língua portuguesa, certificado de garantia do fabricante e nota fiscal correspondente. Ao se verificar a necessidade de substituição de equipamento entregue com defeito ou de correção de instalação inadequada, os custos e responsabilidades são de inteira responsabilidade da Contratada.

4.4. As especificações e demais exigências deste Estudo Técnico Preliminar foram elaboradas, nos termos do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, de modo a proporcionar a economia na operacionalização e manutenção dos sistemas de climatização da Escola Naval e a redução do consumo de energia elétrica, por meio de tecnologias, práticas e equipamentos que reduzam o impacto ambiental e promovam a eficiência energética.

Para os itens cujo fabricante ou importador exerça atividades enquadradas no Anexo II da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 3 de dezembro de 2009 (em especial atividades relacionadas ao manuseio e comercialização de fluidos refrigerantes e gases de efeito estufa), somente será admitida a oferta de produto cujo fabricante ou importador esteja regularmente inscrito no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981. A Contratada também deverá estar regularmente inscrita no referido Cadastro, na medida em que o manuseio de fluidos refrigerantes durante a instalação dos equipamentos configura atividade sujeita a controle pelo IBAMA, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 17/2009.

É vedado o fornecimento de qualquer componente de instalação fabricado com amianto (crisotila ou anfíbolos), bem como de tintas, massas adesivas ou materiais de vedação contendo substâncias de alta toxicidade, conforme as restrições da Lei nº 9.055/1995 e da Resolução CONAMA nº 348/2004.

4.5. As empresas contratadas deverão desempenhar suas atividades adotando critérios e práticas sustentáveis, em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (CGU/AGU, 8ª edição, 2025) e com o Decreto nº 7.746/2012, incluindo:

- Utilização de fluidos refrigerantes com menor PAG, preferencialmente R-410A ou R-32, sendo vedado o uso de R-22 ou HCFC;
- Destinação ambientalmente adequada dos resíduos e embalagens gerados durante a instalação, com separação, acondicionamento e encaminhamento para destinação final licenciada, conforme Resolução CONAMA nº 307/2002 e Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- Preferência por equipamentos fabricados com maior percentual de materiais recicláveis e de menor impacto ambiental ao longo do ciclo de vida;
- Maior eficiência na utilização de energia elétrica durante a execução do serviço, evitando desperdícios e adotando práticas de obra sustentável;
- Maior vida útil dos equipamentos instalados e menor custo de manutenção ao longo do período de uso;
- Uso de inovações tecnológicas que reduzam o consumo de energia elétrica e a pressão sobre recursos naturais;
- Observância de todas as determinações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 8ª edição (CGU/AGU, 2025), no que for aplicável ao objeto desta contratação.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Considerando a necessidade de contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de equipamentos de ar-condicionado nas dependências da Escola Naval, foi realizada análise específica do mercado. Verificou-se a existência de número significativo de empresas especializadas em instalação de sistemas de climatização na Cidade do Rio de Janeiro e Região Metropolitana, habituadas à utilização das Composições de Serviço da tabela SINAPI como referencial de custo, o que indica mercado competitivo e maduro para essa finalidade.

5.2. Diante desse cenário, foram avaliadas as seguintes possibilidades:

- A formação de Ata de Registro de Preços pela própria Escola Naval, por meio de processo licitatório autônomo; e
- A participação em Intenção de Registro de Preços (IRP) aberta por outras unidades gestoras para objeto compatível.

5.3. Após análise criteriosa, considerando a natureza especializada do serviço, a necessidade recorrente de instalações de condicionadores de ar nas instalações da EN e a inexistência de IRP ativa de outras unidades gestoras que atendesse às especificações técnicas deste objeto — em especial à exigência de referenciamento em Composições de Serviço SINAPI com BDI pré-definido —, optou-se pela realização de processo licitatório próprio desta UASG.

5.4. Com fulcro no art. 44 da Lei nº 14.133/2021, foram considerados os custos e os benefícios envolvidos, optando-se pela contratação do objeto por meio de Pregão Eletrônico para formação de Ata de Registro de Preços, tendo como referencial de custo direto as Composições de Serviço da tabela SINAPI-RJ (Caderno Técnico de Instalações de Ar Condicionado — Caixa Econômica Federal), com BDI pré-definido pela Administração em 24%, nos termos do art. 9º do Decreto nº 7.983/2013 e do Acórdão TCU nº 2.622/2013 — Plenário.

5.5. A realização de processo licitatório próprio tem por objetivo atender os princípios da economicidade, da eficácia e da eficiência, garantindo a formação de preço justa, transparente e plenamente compatível com os parâmetros de mercado, com a devida previsão expressa do BDI incidente sobre o custo direto do serviço de engenharia.

5.6. A solução mercadológica mais adequada para a contratação de serviços comuns de engenharia referenciados em tabelas de custos oficiais é o Pregão Eletrônico, nos termos do art. 29, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. Diante disso, foram analisadas as principais alternativas para a modelagem do processo:

a) Contratação do serviço por itens de insumo isolado (menor preço por equipamento):

Esta opção implicaria na contratação do condicionador de ar como insumo isolado, com posterior contratação separada da mão de obra de instalação. Verificou-se que esta alternativa é tecnicamente inadequada para o objeto em análise, uma vez que o SINAPI disponibiliza as Composições de Serviço de Instalações de Ar Condicionado especificamente para o serviço completo de fornecimento e instalação, que não pode ser desmembrado sem perda do referencial técnico adequado e sem risco de sobrepreço na contratação da mão de obra isolada. Esta foi, em parte, a abordagem adotada no Pregão nº 90023/2024 desta UASG, cujas inconsistências técnicas justificam a presente republicação, conforme detalhado no item 6 deste ETP.

b) Contratação por grupo de classes conforme tabela SINAPI de insumos (maior desconto sobre insumos):

Nesta alternativa, os insumos da tabela SINAPI são agrupados em classes por afinidade, e o licitante oferta o maior desconto sobre o preço de referência do insumo. Esta modalidade é adequada para aquisição de materiais de construção civil em geral, mas não se aplica ao presente objeto, pois as Composições de Serviço de Instalações de Ar Condicionado representam custo direto de serviço de engenharia — e não preço de insumo —, exigindo tratamento diferenciado com previsão expressa do BDI. A utilização desta alternativa para o presente objeto foi justamente o equívoco identificado no Pregão nº 90023/2024, conforme documentado nos autos do Processo nº 63099.004566/2024-64.

c) Contratação mediante Composições SINAPI com BDI pré-definido — maior desconto sobre o custo direto (solução adotada):

Nesta alternativa, o referencial de preço é o custo direto das Composições de Serviço SINAPI aplicáveis a cada equipamento, com o BDI pré-definido pela Administração em 24% fixado no edital. O critério de julgamento é o maior desconto sobre o custo direto SINAPI, sendo o preço final formado pela fórmula: $\text{Preço} = \text{Custo Direto SINAPI} \times (1 - \text{Desconto}) \times (1 + 24\%)$. Esta é a modelagem técnica e juridicamente correta para o objeto em análise, por tratar adequadamente a natureza do serviço comum de engenharia, garantir isonomia entre os licitantes, assegurar transparência na formação do preço e estar em plena conformidade com o Decreto nº 7.983/2013 e com o Acórdão TCU nº 2.622/2013 — Plenário.

5.7. A solução adotada — contratação por Composições SINAPI com BDI pré-definido de 24% e critério de maior desconto sobre o custo direto — é a mais adequada à Escola Naval, pelos seguintes fundamentos:

- Trata corretamente o objeto como serviço comum de engenharia, na forma do art. 6º, inciso XXI, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021, em vez de equiparar o serviço à simples aquisição de insumos;
- Garante que o BDI seja um elemento transparente e auditável, fixado previamente pela Administração com base em metodologia reconhecida pelo TCU, eliminando a possibilidade de propostas com BDI embutido de forma obscura;
- Permite a comparação objetiva entre propostas com base em único critério — o desconto sobre o custo direto SINAPI — promovendo competição efetiva entre os licitantes;
- Utiliza referencial de preço atualizado mensalmente pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE, garantindo que o preço contratado reflita a realidade do mercado no momento da homologação da ATA.

5.8. A tabela SINAPI, reconhecida nacionalmente como referência para custos de construção civil e serviços de engenharia, proporciona padronização de custos, atualização constante dos valores de mercado, transparência e eficiência na gestão pública. A utilização das Composições de Serviço do Caderno Técnico SINAPI de Instalações de Ar Condicionado garante que o custo de referência incorpore todos os componentes reais de execução do serviço —

mão de obra especializada, encargos, equipamento e materiais de instalação —, sendo o BDI pré-definido de 24% o complemento necessário para a formação do preço final justo e auditável.

5.9. A grande demanda recorrente por instalações e substituições de condicionadores de ar nas dependências da Escola Naval, aliada à limitação de recursos humanos para a realização de múltiplos processos licitatórios ao longo do exercício, justifica plenamente a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP). Esse método simplifica o processo de contratação, garante a disponibilidade de preços de referência já negociados para atendimento de demandas ao longo de 12 meses, e promove uma gestão mais eficaz e econômica dos recursos públicos, nos termos do art. 3º, incisos I, II e IV, do Decreto nº 11.462/2023.

5.10. A pesquisa de mercado realizada confirmou que o valor obtido pela fórmula $\text{Preço} = \text{Custo Direto SINAPI} \times (1 - \text{Desconto Ofertado}) \times (1 + 24\%)$ é compatível com os preços praticados no mercado para serviços de fornecimento e instalação de condicionadores de ar do tipo Split ON/OFF nas capacidades de 9.000 BTU/h a 60.000 BTU/h na Cidade do Rio de Janeiro. O BDI de 24% está inserido na faixa referencial do Acórdão TCU nº 2.622/2013 — Plenário para instalações especializadas de sistemas de climatização, sendo compatível com a realidade tributária e operacional das empresas do setor.

5.11. No presente processo, foram avaliados os custos e as vantajosidades conforme o art. 44 da Lei nº 14.133/2021, optando-se pela contratação do objeto nos termos aqui estabelecidos, por ser a solução técnica, jurídica e economicamente mais vantajosa para a Administração da Escola Naval.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 c/c a IN SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022, a análise a seguir tem por propósito apresentar avaliação pormenorizada da contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de equipamentos de ar-condicionado do tipo Split ON/OFF, nas capacidades de 9.000 BTU/h a 60.000 BTU/h, compreendendo os modelos Hi-Wall (Parede), Cassete (Teto) e Piso-Teto, com base no critério de maior desconto sobre os custos de composições constantes da Tabela SINAPI — Custo de Referência de Composições, Estado do Rio de Janeiro, tabela não desonerada, com BDI pré-definido pela Administração no percentual de 24% (vinte e quatro por cento) fixado com base nos parâmetros do Acórdão TCU nº 2.622/2013 Plenário.

Sempre será utilizada a tabela do mês da solicitação do serviço, consultada no site da Caixa Econômica Federal. A contratação em epígrafe encontra-se alinhada com o Plano de Modernização das Instalações da Escola Naval.

6.2. O serviço será contratado na medida em que surgirem as necessidades de instalação de condicionadores de ar nas dependências da EN, mediante a solicitação de Serviço via e-mail ou qualquer outro canal oficial, em conformidade com as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços e no Termo de Referência.

6.3. Para a fixação das especificações e quantitativos deste estudo foram levados em consideração o histórico de demandas registradas na execução da Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão nº 90023/2024 (Processo nº 63099.004566/2024-64) e a projeção de necessidades que possam surgir nos próximos doze meses, contemplando as eventuais demandas de instalação de novos equipamentos e substituição dos existentes nas instalações sob responsabilidade da Escola Naval.

6.4. Justificativa para utilização da Tabela Sinapi-RJ a Análise Crítica de Preços Justificativa para utilização da Tabela SINAPI-RJ

6.4.1 A presente contratação atende três objetivos estratégicos da EN: Aprimorar Governança, Gestão e Aquisições e Melhorar a Qualidade de Vida.

6.4.2. O objeto desta contratação é o serviço de fornecimento e instalação de equipamentos de ar-condicionado, cujo custo de referência está estabelecido na Tabela não desonerada SINAPI, publicada mensalmente pela Caixa Econômica Federal em parceria com o IBGE, com critério de maior desconto sobre os custos ali registrados e BDI pré-definido de 24%

6.4.3. O SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) é o principal referencial de preços para obras e serviços de engenharia contratados com recursos da União, nos termos do Decreto nº 7.983/2013. O SINAPI disponibiliza, mensalmente, para todos os estados da Federação:

- a **Tabela de Preços de Referência de Insumos** — que contém os preços unitários de materiais, equipamentos e mão de obra isolados; e
- a **Tabela de Custo de Referência de Composições** — que contém os custos totais de serviços de engenharia já calculados, reunindo mão de obra, encargos, equipamentos e materiais de instalação em um único valor por unidade de serviço.

6.4.4. Para o presente objeto, o referencial de preço a ser aplicado é exclusivamente a Tabela SINAPI não desonerada, especificamente o Grupo "Instalações de Ar Condicionado", que reúne as composições de serviço de fornecimento e instalação de condicionadores de ar em todas as capacidades e tipologias pertinentes ao objeto, com os respectivos custos diretos expressos, conforme tabela de referência.

O Caderno Técnico de Composições SINAPI — Instalações de Ar Condicionado funciona como documento explicativo da metodologia de formação dessas composições, descrevendo os coeficientes de mão de obra, insumos e critérios de quantificação que embasam os custos registrados na tabela mensal — não sendo, portanto, o referencial de preço, mas sim o instrumento de transparência e auditabilidade técnica das composições.

6.4.5. A manutenção e modernização dos sistemas de climatização das instalações prediais da EN demandam contratação de serviço especializado com capacidade de resposta ágil às demandas surgidas ao longo do exercício, tanto para substituição de equipamentos obsoletos quanto para instalação em novos ambientes. A inexistência ou inoperância de um plano estruturado de modernização dos sistemas de climatização provoca desgaste excessivo dos equipamentos existentes, comprometendo a eficiência energética das instalações e gerando custos crescentes de manutenção corretiva.

6.4.6. Para que a Escola Naval cumpra sua missão institucional com excelência a formação de Oficiais da Marinha do Brasil, é imprescindível que seus espaços físicos estejam adequadamente climatizados, garantindo conforto térmico a discentes, docentes e servidores, especialmente no clima quente do Rio de Janeiro. A EN adota a estratégia de contratação integrada de fornecimento e instalação, o que assegura a qualidade técnica da execução e a responsabilidade técnica do instalador perante o CREA ou CFT.

6.4.7. A utilização da Tabela SINAPI — Custo de Referência de Composições como referencial de preço, com critério de maior desconto e BDI pré-definido de 24%, já é amplamente adotada pelas diversas Unidades das Forças Armadas e por instituições públicas no âmbito federal, estadual e municipal para a contratação de serviços de engenharia especializada em sistemas de climatização. Os benefícios dessa prática incluem: padronização de custos com base em pesquisa mensal de preços de mercado realizada pelo IBGE; atualização constante dos valores de referência; transparência e auditabilidade plenas; e condensação de múltiplas demandas em um único processo licitatório.

6.4.8. A utilização do SINAPI como referencial obrigatório para obras e serviços de engenharia contratados com recursos da União tem fundamento no Decreto nº 7.983/2013, que estabelece as atribuições da CAIXA (responsável pela base técnica de engenharia, processamento de dados e publicação dos relatórios) e do IBGE (responsável pela pesquisa de preços, tratamento dos dados e formação dos índices). Antes do Decreto nº 7.983/2013, o tema era tratado pelas sucessivas edições da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) desde 2003.

6.4.9. O enquadramento para utilização do SRP fundamenta-se no art. 3º do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, especialmente nos seguintes incisos:

- **I** — quando, pelas características do serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
- **II** — quando for conveniente a contratação de serviços com previsão de execuções parceladas ao longo do período de vigência da ARP;
- **IV** — quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo exato a ser demandado pela Administração.

6.4.10. As condições previstas na lei para realização do Registro de Preços atendem plenamente ao cenário de contratação requerido pela Escola Naval:

6.4.10.1. O serviço de instalação de condicionadores de ar é necessário durante todo o ano, de forma recorrente e não concentrada em períodos específicos;

6.4.10.2. A contratação se dará de acordo com a necessidade, mediante emissão de Ordens de Serviço específicas;

6.4.10.3. O presente pregão atenderá a esta Unidade Gestora (UASG 762400 — Escola Naval);

6.4.10.4. A necessidade de instalações oscilará em função da disponibilidade orçamentária e das demandas de manutenção e modernização surgidas ao longo do exercício;

6.4.10.5. A impossibilidade de determinar com exatidão os quantitativos a serem contratados no período de 12 meses justifica o SRP, evitando a realização de múltiplos processos administrativos, com economia no custo de publicações e otimização da força de trabalho empregada nas diversas etapas do processo; e

6.4.10.6. A eficiência administrativa é igualmente fator que justifica o presente pregão SRP, conforme orientação do Acórdão TCU nº 861/2013 — Plenário, segundo o qual *"lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação"* e *"o aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública"*.

6.4.11. Os quantitativos foram estimados pelos setores demandantes da Escola Naval, considerando o histórico de consumo efetivo registrado na Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão nº 90023/2024, ajustando-se para maior nos grupos com maior demanda histórica e incluindo previsão para eventos extraordinários, como o simpósio ZOPACAS (Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul), previsto para ocorrer nesta UASG.

6.4.12. A presente contratação justifica-se pela necessidade de prever, executar e adequar, em tempo hábil, a climatização das instalações da EN, garantindo pleno funcionamento dos ambientes de ensino, laboratórios, espaços administrativos e demais dependências.

6.4.13. Os elementos técnicos descritos nesta justificativa são os mínimos necessários para assegurar que a contratação se dê de forma satisfatória, com as condições técnicas e de qualidade exigidas, garantindo o gasto racional dos recursos públicos.

COMPOSIÇÃO E JUSTIFICATIVA DO BDI PRÉ-DEFINIDO DE 24%

6.5. O BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) representa o conjunto de custos e despesas não incluídos no custo direto do serviço registrado na Tabela SINAPI, necessários à formação do preço final da contratada. Nos termos do art. 9º do Decreto nº 7.983/2013, o BDI é componente obrigatório do preço em serviços de engenharia e deve ser expressamente justificado pela Administração quando pré-definido.

6.6. O BDI é calculado pela fórmula estabelecida pelo Acórdão TCU nº 2.622/2013 — Plenário:

$$BDI = \left\{ \frac{(1 + AC + R\&S\&G) \times (1 + DF) \times (1 + L)}{(1 - I)} \right\} - 1$$

Onde: AC = Administração Central; R&S&G = Riscos, Seguros e Garantias; DF = Despesas Financeiras; L = Lucro; I = Tributos sobre o faturamento (ISS + PIS + COFINS).

6.7. A Administração adota o BDI pré-definido de 24%, cujos componentes foram fixados dentro da faixa referencial do Acórdão TCU nº 2.622/2013 Plenário para instalações especializadas, conforme demonstrado a seguir:

Componente do BDI	Descrição	Faixa Referencial TCU (Instalações Especializadas)	Percentual Adotado
AC	Administração Central	3,50% a 4,50%	4,00%

R+S+G	Riscos, Seguros e Garantias	0,97% a 1,20%	1,00%
DF	Despesas Financeiras	0,50% a 0,70%	0,55%
L	Lucro	7,00% a 9,00%	7,50%
ISS	Imposto sobre Serviços — Município do RJ	2,00% a 5,00%	5,00%
PIS	Programa de Integração Social	0,65% a 1,65%	0,65%
COFINS	Contribuição p/ Financiamento da Seguridade Social	3,00% a 7,60%	3,00%
	BDI Calculado pela Fórmula TCU	18,96% a 25,00%	≈ 24%

6.8. O ISS adotado de 5,00% corresponde à alíquota máxima vigente para serviços de instalação de sistemas de ar-condicionado no Município do Rio de Janeiro, nos termos da Lei Complementar Federal nº 116/2003. O PIS de 0,65% e a COFINS de 3,00% correspondem ao regime de Lucro Presumido, que representa a maioria das empresas especializadas em instalação de sistemas de refrigeração e climatização atuantes no mercado da Cidade do Rio de Janeiro.

6.9. O BDI de 24% é fixado pela Administração e vinculará a proposta vencedora. O licitante vencedor executará o objeto pelo preço resultante da aplicação do desconto por ele ofertado sobre o custo da composição SINAPI-RJ correspondente, acrescido do BDI de 24% fixado no edital. Não será admitida qualquer alteração do BDI após a fase de lances, sendo este componente não passível de negociação ou contestação posterior pela contratada.

6.10. A adoção de BDI pré-fixado pela Administração é medida que promove a transparência, a isonomia entre os licitantes e a segurança jurídica do processo, conforme orientação do TCU (Acórdão TCU nº 325/2007 Plenário).

Análise Crítica de Preços

6.11. A presente análise fundamenta-se na Instrução Normativa 65/2021, especificamente em seu Capítulo II, Art. 3º, para justificar a utilização da Tabela SINAPI-RJ como base para a estimativa de preços da presente contratação.

I – OBJETO DA CONTRATAÇÃO

6.12. O objeto desta contratação consiste na aquisição de item especificado na Tabela 1.1 do Termo de Referência (TR), com base nos preços indicados na Tabela SINAPI-RJ, para atender às necessidades da Escola Naval.

II – FONTES CONSULTADAS E PARÂMETROS

6.13. Utilizou-se do disposto no Art. 5º, Inciso III, da Instrução Normativa 65/2021 - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso. Foi feita consulta junto à tabela referencial SINAPI disposta no sítio eletrônico: [https://www.caixa.gov.br/site/Paginas/downloads.aspx#categoria_656]. Versa-se que a referida planilha possui atualização mensal e que a mesma é de amplo conhecimento do mercado.

6.14. O preço estimado para a contratação considerou um conjunto de itens pré-dispostos na tabela referencial do TR, os quais são apresentados na Tabela SINAPI. A tabela não foi juntada ao processo por sua grande extensão; contudo, dispomos da 1ª página da mesma para demonstrar sua visibilidade, anexa a este Estudo Técnico. A tabela é de amplo acesso por meio da página da Caixa Econômica Federal e está em conformidade com os termos do Art. 6º da IN SEGES/ME nº 65/2021. Ressalta-se que a referida planilha, disposta pela CEF, tem seu respaldo no Decreto 7.983 /2013, que estabelece as atribuições da CAIXA e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE na gestão do SINAPI, sendo a CAIXA responsável por toda a base técnica de engenharia, pelo processamento de dados e pela publicação dos relatórios de preços e custos, enquanto o IBGE atua na realização da pesquisa de preços, tratamento dos dados, formação e divulgação dos índices.

III - METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

6.15. O preço máximo aplicado ao item constante na Tabela 1.1 do TR refere-se à estimativa de valor disposta a ser adquirida pela administração, com base na tabela referencial SINAPI. Não se aplica ao processo mapa de preços, uma vez que é utilizada tabela referencial do governo.

IV – MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONCLUSÃO

6.16. O quantitativo considerou o processo nº 63099.004566/2024-64, que deu origem ao Pregão nº 90023/2024, conforme anexo deste estudo com seu termo de homologação e gerenciamento de ATA. Ressalta-se que o processo citado é plenamente acessível nas plataformas governamentais para verificação. Os quantitativos foram confrontados com o consumo efetivo registrado na Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão nº 90023/2024, ajustando-se os grupos com maior demanda e incluindo previsão para eventos extraordinários, como o simpósio ZOPACAS, a fim de evitar desabastecimento

6.16.1. Foram efetuados acréscimos nos grupos plenamente adquiridos, que apresentam necessidade de aquisição para 2026, porém expiraram, uma vez que a Escola Naval receberá importantes eventos, como o ZOPACAS (Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul), simpósio previsto para ocorrer nesta UASG. Certifica-se que o preço estimado para a presente contratação é compatível com os praticados no mercado.

6.17. Justificativa para Agrupamento dos Itens

6.17.1. Baseou-se a decisão da Administração da Escola Naval, em agrupar os itens correlatos em grupo, que guardam íntima relação entre si, almejando-se com isso minimizar os riscos e dificuldades da pluralidade de contratos autônomos que podem ser atendidos em uma mesma pretensão contratual. Cada grupo contempla itens que se agrupam de acordo com a sua especificidade.

6.17.2. Ademais, esta aglutinação contribui para gerenciamento mais eficiente do contrato, além de propiciar economia de escala. Neste sentido, o agrupamento atende a jurisprudência do TCU, "inexiste ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem relação entre si". (Acórdão 5.260/2011-1ª Câmara)

6.17.3. O TCU também entendeu a legitimidade da reunião de elementos de mesma característica, quando possa a adjudicação de itens isolados vir a onerar "o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, de sorte que poderia colocar em risco a economia de escala e a celeridade processual, comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração". (Acórdão 5.301 /2013-2ª Câmara).

6.17.4. Sustenta a pertinência do agrupamento ora pretendido o voto condutor, em Plenário do TCU, que avaliou certame conduzido pela Superintendência de Administração da Advocacia-Geral da União no Rio de Janeiro, do qual se extrai a afirmativa de que "lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação" e "o aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatuta constitucional e deve ser buscada pela administração pública". (Acórdão 861/2013-Plenário).

6.17.5. Além desses fatores, o agrupamento dos itens em um único grupo global de registro de preços contribui para economia de escala, redução de custos administrativos e simplificação do gerenciamento contratual, sem prejuízo à competitividade, uma vez que se trata de materiais de construção civil amplamente ofertados no mercado.

6.18. Justificativa de Vedação à Participação de Consórcios

6.18.1. Trata-se de justificativa referente à vedação à participação de consórcios, quanto ao registro de preço para eventual aquisição de Materiais, para atender as demandas da Escola Naval.

6.18.2. Cumpre ressaltar que a admissão ou veto de formação de consórcio em certame licitatório é confiada pela lei ao talante do administrador, pois o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, conferiu discricionariedade ao ente administrativo para permitir ou não tal condição no instrumento convocatório.

6.18.3. Essa decisão é resultado de um processo de avaliação da realidade do mercado em razão do objeto a ser licitado e ponderação dos riscos inerente à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para execução do objeto visando ao atendimento ao interesse público.

6.18.4. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, para o caso concreto em análise, que a visa exatamente afastar a restrição à competição.

6.18.5. Corroborando esta tese, o Prof. MARÇAL JUSTEN FILHO, in Comentários à Lei de

Licitações e Contratos Administrativos, 13 ed. 2009, pág. 47 e 477, leciona que: "Em regra, o consórcio não é favorecido ou incentivado pelo nosso Direito. Como instrumento de atuação empresarial, o consórcio pode conduzir a resultados indesejáveis. A formação de consórcios acarreta riscos da dominação do mercado, através de pactos de eliminação de competição entre empresários. No campo de licitações, a formação de consórcios poderia reduzir o universo da disputa. O

consórcio poderia retratar uma composição entre eventuais interessados, em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordo para eliminar a competição. Mas o consórcio também pode prestar-se a resultados positivos e compatíveis com a ordem jurídica. Há hipóteses em que as circunstâncias de mercado e (ou) a complexidade do objeto tornam problemática a competição. Isso se passa quando grande quantidade de empresas, isoladamente, não dispuserem de condições para

participar de licitações. Nesse caso, o instituído do consórcio é a via adequada para propiciar ampliação do universo de participantes. É usual que a Administração Pública apenas autorize a participação de empresas em consórcio quando as dimensões ou a complexidade do objeto ou das

circunstâncias concretas exijam a associação entre os particulares. São as hipóteses em que apenas umas poucas empresas estariam aptas a preencher as condições especiais exigidas para a licitação."

6.18.6. Ainda, leciona o citado mestre, quanto à questão de discricionariedade: "O ato convocatório admitirá ou não a participação de empresas em consórcio. Trata-se de escolha discricionária da Administração Pública."

6.18.7. A respeito da participação de consórcios, a jurisprudência do TCU tem assentado que fica a cargo da discricionariedade do gestor a decisão de admitir ou não a participação de empresas organizadas em consórcio na licitação. Senão vejamos: "Ademais, a participação de consórcios em torneio licitatório não garante aumento de competitividade, consoante arestos do Relatório e Voto que impulsionam o

Acórdão nº 2.813/2004 – 1ª Câmara (...) O art. 33 da Lei de Licitações expressamente atribui à Administração a prerrogativa de admitir a participação de consórcios. Isto porque, a nosso ver, a formação de consórcio tanto se presta a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores ou, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cerceá-la (associação de empresas que, caso

contrário, concorreriam entre si). Com os exemplos fornecidos pelo BACEN, vemos que é prática comum a não aceitação de consórcios." (Acórdão nº 1.946/2006 – Plenário – TCU – rel. Min. Marcos Bem querer) "4. A aceitação de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito o poder discricionário da administração contratante, conforme o art. 33, caput, da Lei nº 8.666/1993, requerendo-se, porém, que sua opção seja sempre justificada." (Acórdão nº 566 /2006 – Plenário – TCU – rel. Min. Marcus Vinícius Vilaça).

6.18.8. Diante do exposto e considerando que existem empresas com capacidade para fornecer o objeto deste Edital, a Escola Naval decidiu por não permitir a participação de consórcio. Fato esse que, por si só, não configura restrição à competitividade, economicidade e moralidade.

6.19. Justificativa pela não separação do item para cota reservada para Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

6.19.1. Justifica-se a não realização DE COTA RESERVADA no presente certame, qual seja, para Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte pelo fato de que, os itens que estiverem estimados acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), serem separados por cotas, poderá representar pois o Subsistema DIVULGAÇÃO DE prejuízos ao conjunto ou do objeto a ser contratado, COMPRAS do SIASGNet, não possui ferramenta para gerenciamento e divisão do item, que ultrapassa o valor estimado de R\$ 80.000,00. A divisão do item em COTA de até 25%, é possível ser realizado nos autos do processo licitatório, mais não no Pregão, na sua forma eletrônica, ou seja, qualquer método utilizado para tentar cumprir o disposto no Inciso III, Art. 48 da LC nº 123 /2006, poderá representar prejuízos incalculáveis, como: atrasos na divulgação do certame que trata-se de uma aquisição de grande importância, necessária e célere e itens fracassados ou desertos, obrigando à Administração realizar a repetição de um outro processo licitatório.

6.19.2. Desta forma, não se aplicará o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 quando o tratamento diferenciado e simplificado não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado (art. 49, inc. III).

6.19.3. Vejamos, o disposto no inciso II e III do artigo 49 da Lei Complementar n.º 123, que prevê a possibilidade de justificativa a fundamentar a não realização de licitação com tratamento diferenciado:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

(....)

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado; Ou seja, apesar da Lei Complementar nº 123, em seu artigo 48, inciso III, prever a obrigatoriedade;

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública poderá realizar processo licitatório:

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (...)

III - em que se estabeleça cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, em certames para a aquisição de bens e serviços de natureza divisível.

6.19.4. O que se observa é que a Lei Complementar nº 123/2006 visa ampliar a participação das ME /EPP nas licitações, mas não elevar a hipossuficiência econômica das mesmas acima do interesse público. Dessa forma, é importante sopesar princípios pertinentes ao presente certame como o da economicidade e da eficiência, buscando-se a “proposta mais vantajosa para a administração” conforme é vislumbrado no item I, do artigo 11º da Lei n.º 14.133 /2021.

6.19.5. Destarte, o artigo 5º do Decreto nº 6.204/2007 não desampara as ME/EPP, contemplando o critério de desempate ficto, oportunizando equilíbrio na disputa com as demais empresas: “Nas licitações do tipo menor preço, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte”.

6.19.6. Em síntese, realizar, o presente certame, prevendo a possibilidade de cotas para Microempresa ou Empresa de Pequeno porte poderá representar prejuízos incalculáveis com a repetição de um outro certame para itens que seriam fracassados. A não aplicação do dispositivo, que prevê a obrigatoriedade, é atenuada com o disposto na própria Lei Complementar, que, em seu inciso II e III, do artigo 49 prevê a possibilidade da não aplicação como já descrito.

6.19. O emprego do sistema de registro de preços (SRP) encontra respaldo nos incisos I, II e III, do art. 3º, do decreto n.º 11.462, de 31 de janeiro de 2022, pois o processo estabelecido para aquisição de bens em comento exige a possibilidade de aquisições frequentes e entregas parceladas.

Verificação de Exequibilidade das Propostas

6.20. Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, em especial o art. 59, incisos III e IV e § 2º, e com a IN SEGES/ME nº 73/2022, será adotado procedimento específico de verificação de exequibilidade para as propostas que apresentarem descontos considerados potencialmente inexequíveis em relação aos valores de referência obtidos na Tabela SINAPI-RJ.

6.21. Para fins deste certame, serão submetidas à análise de exequibilidade as propostas que apresentarem valor global por grupo com desconto superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado de referência da Administração, calculado com base na Tabela SINAPI-RJ não desonerada, conforme metodologia definida neste Estudo Técnico Preliminar.

6.22. Documentos para Comprovação de Exequibilidade

6.22.1. As licitantes enquadradas na condição acima **deverão apresentar**, quando convocadas pela Administração, no prazo estabelecido no edital, a documentação a seguir para comprovação da exequibilidade de sua proposta, incluindo:

- planilha de custos e formação de preços, detalhando composição de custos, tributos, margem e descontos aplicados(as respectivas informações da planilha devem ir de encontro com as informações da **NOTA FISCAL**), em modelo a ser disponibilizado no edital; e
- **NOTAS FISCAIS DE SERVIÇO** com fornecimento e instalação do objeto no período de até 6 meses anterior ao início do pregão.

6.23. Consequências da Não Comprovação

6.23.1. A não apresentação dos documentos exigidos, a apresentação incompleta, ou a análise técnico-administrativa que conclua pela inexequibilidade da proposta implicará:

- desclassificação da proposta, nos termos do art. 59, § 2º, da Lei nº 14.133/2021;
- convocação da licitante subsequente, observada a ordem de classificação.

6.24. Finalidade da Verificação de Exequibilidade

6.24.1. A verificação de exequibilidade tem por finalidade assegurar que os descontos ofertados sejam compatíveis com a realidade de mercado e com a Tabela SINAPI-RJ, resguardando:

- a segurança no abastecimento de materiais necessários à manutenção das instalações sob responsabilidade da Escola Naval;
- a prevenção de interrupções ou atrasos decorrentes de propostas inexequíveis;
- a economicidade de longo prazo, ao evitar rescisões, recontrações e sobrecustos;
- a preservação da missão institucional da Escola Naval, que depende de infraestrutura predial adequadamente mantida.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Este órgão segue rigorosamente os procedimentos estabelecidos pela Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços. A

referida normativa recomenda a priorização dos parâmetros I e II do Art. 5º como metodologias principais para obtenção de preços, garantindo a transparência e a eficiência do processo licitatório.

Utilização Exclusiva da Tabela SINAPI:

7.1.1. Para a elaboração deste processo licitatório, utilizou-se a tabela SINAPI-RJ (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - Rio de Janeiro) como base única de cálculo para os preços estimados. A tabela SINAPI é reconhecida nacionalmente pela sua credibilidade, padronização e atualização constante dos valores de mercado, dispensando a necessidade de orçamentos adicionais de empresas privadas ou outras fontes.

7.1.2. A utilização da tabela SINAPI-RJ é amparada pelo inciso III do Art. 5º da IN 65/2021, que permite a utilização de "dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo". A escolha pela tabela SINAPI atende a essa prerrogativa, pois trata-se de um sistema de domínio público, amplamente utilizado por empresas e órgãos públicos do setor de construção civil.

Critério de Julgamento e Estimativa de Valor:

7.1.3. O valor do item para este processo foi baseado exclusivamente na tabela SINAPI-RJ. O critério de julgamento adotado será o **MAIOR DESCONTO** ofertado sobre os preços de referência da tabela SINAPI, garantindo a obtenção dos melhores preços possíveis para a Administração Pública. O valor estimado para esta licitação é de **R\$ 1.400.000,00** (um milhão e quatrocentos mil reais).

Vantagens da Utilização da Tabela SINAPI:

7.1.4. A adoção da tabela SINAPI como única referência proporciona diversas vantagens, tais como:

- **Padronização de Custos:** garante uniformidade nos preços praticados, facilitando comparações e análises.
- **Atualização Constante:** a tabela é regularmente atualizada, refletindo as condições reais do mercado.
- **Transparência e Eficiência:** a utilização de uma fonte pública e reconhecida assegura a transparência do processo licitatório e a eficiência na gestão dos recursos públicos.

7.1.5. Portanto, a escolha pela utilização da tabela SINAPI-RJ, conforme preconizado pela IN 65/2021, é justificada pela confiabilidade e atualização dos dados fornecidos, dispensando a necessidade de outras fontes de preços e promovendo uma gestão eficiente e econômica dos recursos destinados à manutenção, reparação e melhoria das instalações da Escola Naval.

7.2. A estimativa das quantidades a serem contratadas para a manutenção das instalações da Escola Naval foi realizada com base em uma análise criteriosa, dada a ausência de um histórico planilhado das necessidades. Anteriormente, as manutenções eram realizadas via compra direta, o que não permitiu a formação de um banco de dados detalhado sobre as demandas.

7.3. Para suprir essa lacuna, adotamos uma abordagem baseada na experiência prática dos profissionais de manutenção da Escola Naval, que conhecem bem as necessidades recorrentes e os problemas mais comuns enfrentados nas edificações. Foram considerados fatores como o desgaste natural das estruturas, a incidência de problemas como infiltrações, desgaste de pisos, falhas elétricas e outros, e a previsão de novas demandas que possam surgir nos próximos doze meses.

7.4. Além disso, utilizamos a Tabela SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) como referência para a estimativa dos materiais necessários. A SINAPI é amplamente reconhecida pela sua credibilidade e atualização constante, fornecendo parâmetros confiáveis e padronizados para a avaliação dos custos e das quantidades de materiais necessários para a construção civil. A utilização dessa tabela não só assegura a economicidade, mas também garante a transparência do processo de aquisição.

7.5. Portanto, a estimativa das quantidades foi realizada com base em uma combinação de análise qualitativa, experiência prática dos profissionais de manutenção e parâmetros técnicos fornecidos pela SINAPI. Esse processo permite garantir que as quantidades especificadas nos Estudos Técnicos Preliminares sejam suficientes para atender às demandas de manutenção predial da Escola Naval durante o período de vigência da contratação, assegurando a continuidade e a qualidade das atividades educativas e administrativas da instituição, conforme tabela abaixo:

--	--	--	--	--	--

ITEM	DESCRIÇÃO	UF	QTD	QTD
			MÍN	MÁX.
1	Equipamentos de Ar Condicionado de 9.000 BTUS A 60.000 BTUS – Fornecimento e Instalação. (baseados na Tabela SINAPI-RJ)	un	1.000	1.400.000

7.6. No que tange aos preços estimados para a contratação, registra-se que os valores unitários devem se basear na tabela SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil correspondente ao estado do Rio de Janeiro. Sempre será utilizada a tabela do mês referente a solicitação do serviço, consultada no site da Caixa Econômica Federal.

7.7. Para fins de operacionalização no sistema COMPRASNET e viabilização da disputa por MAIOR DESCONTO, será adotado o valor unitário simbólico de R\$ 1,00 (um real), que para todos os efeitos de julgamento e lances representará 100% (cem por cento) do valor da Planilha de Referência (SINAPI + BDI). O lance ofertado pelo licitante em centavos corresponderá diretamente ao percentual de desconto linear a ser aplicado sobre todos os itens da composição orçamentária, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa e a manutenção da estratégia de preços globais definida no planejamento

7.8. Destaca-se que, nos termos do art. 7º, incisos I e XI, do referido Decreto, a presente Ata de Registro de Preços prevê a possibilidade de adesão por órgãos ou entidades não participantes ("carona").

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.400.000,00

8.1. O valor de referência para a contratação, para fins de aplicação do maior desconto, será de **R\$1.400.000,00** (um milhão e quatrocentos e oitenta e cinco mil reais), tendo como referência a tabela SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), correspondente ao Estado do Rio de Janeiro, na modalidade "Não desonerada".

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A decisão de parcelar a solução para esta licitação pode ser justificada com base em certas considerações específicas. Parcelar a solução pode permitir uma maior diversidade de fornecedores e produtos, possibilitando uma competição mais ampla e uma seleção mais criteriosa dos materiais de construção necessários.

9.2. Além disso, essa abordagem proporciona flexibilidade orçamentária, permitindo que o órgão contratante distribua os gastos ao longo do tempo, de acordo com a disponibilidade financeira. Isso também pode acelerar a execução do projeto, permitindo que os materiais de construção sejam adquiridos e entregues conforme as necessidades e cronograma de obras do órgão contratante, ao mesmo tempo em que reduz os riscos associados à dependência de um único fornecedor ou contrato. Parcelar a solução também pode simplificar a gestão do processo de aquisição, dividindo-o em etapas menores e mais gerenciáveis, facilitando o acompanhamento e controle por parte do órgão contratante.

9.3. Ademais, essa abordagem pode incentivar a participação de pequenos fornecedores locais, promovendo a inclusão e o desenvolvimento econômico das comunidades onde as obras serão realizadas. Em suma, a decisão de parcelar a solução para esta licitação visa aprimorar a competição, garantir flexibilidade financeira, acelerar a execução do projeto, mitigar riscos, atender a demandas específicas, facilitar a gestão e promover a inclusão de pequenos fornecedores.

9.4. Considerando-se que é técnica e economicamente viável dividir a solução, visto que não há perda de escala e sim melhor aproveitamento do mercado com o aumento da competitividade e que os itens são de fato, bens divisíveis, o objeto deste certame será parcelado, atendendo as exigências do art. 47, da Lei n.º 14.133, de 2021.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não se verificam contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 O Plano de Contratações Anuais (PCA), conforme regulamentação constante no Decreto n.º 10.947/2022, tem como objetivos racionalizar as contratações, garantir o alinhamento das despesas com os instrumentos de governança existentes, subsidiar a elaboração de leis orçamentárias, evitar o fracionamento de despesas e, ainda, de sinalizar ao mercado fornecedor as intenções de aquisições e contratações a serem operacionalizadas no âmbito da Administração Pública Federal Direta, autárquica e fundacional. Contudo, Destaca-se que as Forças Armadas (FFAA) estão dispensadas da elaboração do PCA, nos termos do parágrafo único do art. 1º do Decreto n.º 10.947 /2022.

11.2 Todavia, em atendimento ao princípio do planejamento, de que trata o art. 5º da Lei n.º 14.133 /2021, a SGM-102 (5ª Revisão) NOLAM - MOD.1, em seu artigo 1.12, dispõe que a elaboração dos processos licitatórios e de afastamento de licitação, bem como dos acordos administrativos originários de tais processos, deve compatibilizar-se, obrigatoriamente, com o Programa de Aplicação de Recursos (PAR).

11.3. O Decreto nº 11.137, de 18 de julho de 2022, torna dispensável o cumprimento da regulamentação do inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133/21 aos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Além disso, observa-se que o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) da Marinha do Brasil não traz observações pertinentes a essa regulamentação.

11.4. Essa medida desobriga os referidos Comandos de elaborar o Plano Anual de Contratação, conforme previsto no dispositivo legal mencionado. Tal decisão é embasada nas especificidades e peculiaridades das atividades desenvolvidas pelas Forças Armadas, as quais demandam uma gestão diferenciada de suas contratações.

11.5. Ao dispensar a obrigatoriedade do Plano Anual de Contratação, o decreto reconhece a necessidade de flexibilização e simplificação dos processos administrativos desses órgãos, garantindo uma maior agilidade na execução de suas atividades sem prejuízo à transparência e à eficiência na gestão dos recursos públicos.

11.6. O presente processo não se classifica nos termos da Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011.

11.7. Com fulcro no Art. 12 do. Decreto n.º 11.246 de 2022, o presente processo tem segregada as funções de atuação dos agentes designados por meio de portarias em ordem, como atesta o termo de autuação e as designações de fiscais responsáveis pela contratação ficam postergadas para o momento da assinatura dos contratos e ata.

11.8. Com fulcro na Portaria Seges/ME n.º 8.678, de 19 de julho de 2021, e seu art. 6º, foi efetuado diligenciamento quanto aos instrumentos de governança.

11.9. O presente processo tem como norte as observações da ON-AGU 2/2009 para todas as suas fases, autuado de forma digital, observando sua cronologia.

11.10. Com fulcro no Decreto nº 8.539 de 2015 c/c a lei 14133 em seu artigo XII inciso VI, o presente processo foi instaurado de forma digital desde sua gênese e, os documentos produzidos neste processo têm sua temporalidade conforme o conselho nacional de arquivos (CONARQ) por intermédio da gestão de atos e procedimentos, protocolo-geral e arquivo do Ministério da Defesa, aplicável aos comandos das forças armadas.

11.11. Com fulcro no art. 12, inciso VI da lei n.º 14.133/2021, c/c declaração de utilização de modelos AGU/MGI art. 29 e art. 35 da instrução normativa n.º 05/2017 e enunciado bpc n.º 06, junto a este processo foram utilizados os documentos disponíveis pelas Seges para confecção dos autos de forma digital e suas assinaturas são efetuadas por chave ICP.

11.12. Com fulcro no § 2º e § 1º do art. 18 da lei 14.133, certifica-se que o presente estudo técnico contempla todos os itens necessários à clareza da necessidade do objeto.

11.13. Com fulcro na IN Seges/ME nº 81/2022 em seu art. 3º, inciso ii e art. 4º, o presente Termo de Referência do processo foi elaborado de forma digital.

11.14. Certifica-se que o presente processo, nos termos do art. 19.º 2º da lei 14.133/2021 e enunciado nº 6º do manual de boas práticas consultivas, art. 9º, § da IN me nº 81/2022, utilizou todos os modelos e minutas padronizadas da advocacia-geral união presentes no sistema siasg net.

11.15. foram observadas as condições de pagamento nos termos do artigo 40 da lei 14.133 e IN nº 77 de 2022, os quais são demonstrados no modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade, bem como critérios de medição e de pagamento.

11.16. O presente processo não utilizou o catálogo eletrônico padronizado, pois a Marinha do Brasil não possui catalogação de itens junto ao mesmo e os itens catalogados por outros entes não atendem ao objeto deste certame.

11.17. Com fulcro na Portaria Seges/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021 e seu art 6º inciso I foi verificado o Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS da marinha o qual não traz observações para o objeto proposto.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. O item garantir o pleno funcionamento das atividades desta Organização Militar e manutenção/conservação dos imóveis públicos; maior rapidez na execução dos serviços; valorização do patrimônio público; emprego judicioso dos recursos públicos; satisfação do público interno e externo; e continuidade e valorização dos serviços prestados e dos processos desta OM.

12.2. A realização desta licitação traz consigo uma série de benefícios significativos que visam não apenas atender às necessidades imediatas do órgão contratante, mas também promover a eficiência, transparência e economia na gestão dos recursos públicos. Um dos principais benefícios é a economia financeira proporcionada pela competição entre os fornecedores, o que possibilita a obtenção de preços mais competitivos e condições comerciais favoráveis para os materiais de construção necessários. Além disso, a licitação garante a qualidade dos produtos adquiridos, por meio de um processo estruturado de seleção de fornecedores confiáveis e produtos de qualidade, com requisitos técnicos claros e critérios de avaliação bem definidos.

12.3. Outro benefício crucial é a transparência e imparcialidade no processo de contratação, que promove a confiança no sistema de aquisições públicas ao garantir igualdade de oportunidades para todas as empresas interessadas em participar. A licitação também estimula a competição no mercado, incentivando a inovação, eficiência e melhoria contínua dos produtos e serviços oferecidos, beneficiando não apenas o órgão contratante, mas também os consumidores e a economia como um todo.

12.4. Além disso, a realização da licitação permite o cumprimento integral das normas e regulamentos aplicáveis à contratação pública, garantindo a conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. E ao envolver fornecedores locais e regionais, a licitação pode contribuir para o desenvolvimento econômico das comunidades onde as obras serão realizadas, promovendo a geração de empregos, crescimento empresarial e redução das desigualdades regionais.

12.5. Em suma, esta licitação representa uma oportunidade valiosa para o órgão contratante alcançar diversos benefícios, incluindo economia financeira, garantia de qualidade, transparência, promoção da concorrência, cumprimento das normas legais e desenvolvimento regional. Por meio de um processo transparente e competitivo, é possível assegurar o melhor uso dos recursos públicos e contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade como um todo.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não se vislumbra necessidade de tomada de providências de adequações para a solução ser contratada de aquisição.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A realização de uma licitação para aquisições eventuais de materiais de construção pode acarretar uma série de impactos ambientais, caso medidas preventivas não sejam adotadas. Entre esses impactos estão o desmatamento, o consumo excessivo de recursos naturais, a poluição do ar e da água, bem como a geração de resíduos de construção e demolição (RCD) sem o devido gerenciamento.

14.2. Para prevenir ou mitigar esses impactos, um plano preventivo pode ser implementado. Isso inclui a seleção criteriosa de fornecedores sustentáveis, que adotem práticas ambientalmente responsáveis em suas operações. Além disso, a especificação de materiais de construção sustentáveis, como madeira certificada e produtos reciclados, pode ser incluída no edital da licitação.

14.3. É importante estabelecer critérios ambientais na licitação, como a conformidade com legislação ambiental vigente, e desenvolver um plano de gerenciamento de resíduos de construção e demolição, que contemple a segregação, reciclagem e disposição adequada dos resíduos gerados durante as obras.

14.4. O monitoramento e fiscalização das atividades também são essenciais para garantir o cumprimento das medidas ambientais estabelecidas no contrato, incluindo visitas técnicas regulares às obras para verificar o cumprimento das condições ambientais. Assim, ao adotar um plano preventivo abrangente e integrado, é possível minimizar os impactos ambientais associados à realização de licitações para aquisições de materiais de construção, promovendo o desenvolvimento sustentável e a proteção do meio ambiente.

14.5. O item a ser adquirido deverá respeitar os critérios e práticas de sustentabilidade, tendo em vista a particularidade de cada produto.

14.6. As empresas contratadas, ao fornecer os materiais, ferramentas e equipamentos demandados, deverão observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

- O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso; e
- Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos originários da contratação.

14.7. Que seja cumprida as do Guia Nacional TODAS DETERMINAÇÕES de Contratações Sustentáveis, 8ª edição, revista, atualizada, ampliada - outubro/202, elaborado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade CNS - DECOR/CGU /AGU.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.2 Por meio do presente estudo preliminar, resta evidenciado que a contratação em comento ser mostra possível para o atendimento da necessidade, constatando-se ser viável a contratação pretendida.

15.3. O gestor/fiscal de contratos que participará da fiscalização do contrato, deverá ser designado oportunamente à assinatura do termo de contrato, sendo tornado público conforme diretrizes administrativas da Escola Naval, devidamente nomeado pelo Ordenador de Despesas.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Membro da Equipe de Planejamento conforme Portaria Nº 173/EN, de 19 de dezembro de 2025.

RODRIGO DUARTE NEGROMONTE FERREIRA

Equipe de Planejamento

Despacho: Membro da Equipe de Planejamento conforme Portaria Nº 173/EN, de 19 de dezembro de 2025.

ANDERSON DA SILVA MAGALHAES

Equipe de Planejamento

LEONARDO TORRES MASSA

Autoridade competente

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - SINAPI_Precos_Ref_Insumos_RJ_202511-1.pdf (79.66 KB)

INTRODUÇÃO:

Para apresentação dos preços dos insumos é utilizada a metodologia de Família Homogênea de Insumos, que são agrupamentos de insumos organizados conforme similaridade. A família homogênea é constituída pelo insumo representante ou representativo (indicado na coluna "Código Família") e insumos representados vinculados. O relatório dispõe os insumos por ordem de família, sendo os insumos representativos exibidos primeiro em negrito e os insumos representados da respectiva família o sucedem.

Os insumos representativos têm seu preço coletado mensalmente pelo IBGE ("C" na coluna "Origem de Preço"), já os insumos representados têm seus preços gerados a partir de um coeficiente de representatividade ("CR" na coluna "Origem de Preço") multiplicado pelo preço do representativo. Caso não tenha sido possível a coleta de preço do insumo representativo no mês do relatório, todos os insumos da família aparecem com preço zerado (hífen). No modelo anterior de relatório, quando havia indisponibilidade de preço no estado era automaticamente atribuído o preço de São Paulo ao insumo com origem de preço "AS".

Para mais informações sobre a metodologia consulte o CAPÍTULO 3 – REFERÊNCIAS EM COMPOSIÇÕES E INSUMOS do livro SINAPI Metodologias e Conceitos.

Especificamente sobre os insumos de mão de obra incidem Encargos Sociais, de forma percentual, com cálculo específico para cada estado. Os encargos sociais desonerados (COM desoneração) consideram os efeitos da desoneração da folha de pagamentos da construção civil (Lei nº 13.161/2015), ou seja, obtidos com exclusão da incidência de 20% dos custos com INSS no cálculo do percentual relativo aos Encargos Sociais, enquanto os não desonerados (SEM desoneração) consideram a parcela de 20% de INSS nos Encargos Sociais. Os percentuais de encargos sociais também são diferenciados entre horistas e menselistas.

Para mais informações sobre encargos sociais consulte o CAPÍTULO 2 – CÁLCULO DOS ENCARGOS SOCIAIS do livro SINAPI Cálculos e Parâmetros e o CAPÍTULO 6 – ENCARGOS SOCIAIS E COMPLEMENTARES do livro SINAPI Metodologias e Conceitos.

Para mais informações sobre especificação de determinado insumo, consulte as Fichas de Especificações Técnicas de Insumos.

Links externos:

[SINAPI Metodologias e Conceitos](#)

[SINAPI Cálculos e Parâmetros](#)

[Fichas de Especificações Técnicas de Insumos](#)

[Notas SINAPI](#)

RELATÓRIO DE PREÇOS DE INSUMOS

Encargos sociais SEM desoneração:

Horista: **113,04%**Mensalista: **70,21%**Mês de Referência: **11/2025**Localidade: **RIO DE JANEIRO - RJ**

Encargos sociais COM desoneração:

Horista: **90,83%**Mensalista: **52,43%**Data de emissão: **22/12/2025**

Código Família	Coeficiente	Código Insumo	Descrição do Insumo	Unid.	Origem de Preço	Preços (R\$)	
						SEM desoneração	COM desoneração
000001	1,0000000	000001	ACETILENO - RECARGA DE GAS PARA CILINDRO (NAO INCLUI TROCA/MANUTENCAO DO CILINDRO)	KG	-	-	-
000001	0,2191780	000002	OXIGENIO - RECARGA DE GAS PARA CILINDRO (NAO INCLUI TROCA/MANUTENCAO DO CILINDRO)	M3	-	-	-
000055	1,0000000	000055	ADAPTADOR DE COMPRESSAO EM POLIPROPILENO (PP), PARA TUBO EM PEAD, 20 MM X 1/2", PARA LIGACAO PREDIAL DE AGUA (NTS 179)	UN	-	-	-
000055	0,9464285	000061	ADAPTADOR DE COMPRESSAO EM POLIPROPILENO (PP), PARA TUBO EM PEAD, 20 MM X 3/4", PARA LIGACAO PREDIAL DE AGUA (NTS 179)	UN	-	-	-
000055	1,9607142	000062	ADAPTADOR DE COMPRESSAO EM POLIPROPILENO (PP), PARA TUBO EM PEAD, 32 MM X 1", PARA LIGACAO PREDIAL DE AGUA (NTS 179)	UN	-	-	-
000055	1,2982142	000060	ADAPTADOR PVC, COM REGISTRO, PARA PEAD, 20 MM X 3/4", PARA LIGACAO PREDIAL DE AGUA	UN	-	-	-
000055	3,9803571	037418	COLAR DE TOMADA EM POLIPROPILENO, PP, COM PARAFUSOS, PARA PEAD, 63 X 1/2" - LIGACAO PREDIAL DE AGUA	UN	-	-	-
000055	4,0875000	037419	COLAR DE TOMADA EM POLIPROPILENO, PP, COM PARAFUSOS, PARA PEAD, 63 X 3/4" - LIGACAO PREDIAL DE AGUA	UN	-	-	-
000055	0,8535714	037416	COTOVELO/JOELHO 90 GRAUS, EM POLIPROPILENO, PN 16, PARA TUBOS PEAD, 20 X 20 MM - LIGACAO PREDIAL DE AGUA	UN	-	-	-
000055	1,2267857	037417	COTOVELO/JOELHO 90 GRAUS, EM POLIPROPILENO, PN 16, PARA TUBOS PEAD, 32 X 32 MM - LIGACAO PREDIAL DE AGUA	UN	-	-	-
000055	0,9125000	037413	COTOVELO/JOELHO COM ADAPTADOR, 90 GRAUS, EM POLIPROPILENO, PN 16, PARA TUBOS PEAD, 20 MM X 1/2" - LIGACAO PREDIAL DE AGUA	UN	-	-	-
000055	1,0357142	037414	COTOVELO/JOELHO COM ADAPTADOR, 90 GRAUS, EM POLIPROPILENO, PN 16, PARA TUBOS PEAD, 20 MM X 3/4" - LIGACAO PREDIAL DE AGUA	UN	-	-	-
000055	1,8821428	037415	COTOVELO/JOELHO COM ADAPTADOR, 90 GRAUS, EM POLIPROPILENO, PN 16, PARA TUBOS PEAD, 32 MM X 1" - LIGACAO PREDIAL DE AGUA	UN	-	-	-
000055	12,2857142	037422	TE DE SERVICO INTEGRADO, EM POLIPROPILENO (PP), PARA TUBOS EM PEAD, 63 X 20 MM - LIGACAO PREDIAL DE AGUA	UN	-	-	-
000055	9,6035714	037420	TE DE SERVICO INTEGRADO, EM POLIPROPILENO (PP), PARA TUBOS EM PEAD/PVC, 60 X 20 MM - LIGACAO PREDIAL DE AGUA	UN	-	-	-
000055	13,1250000	037421	TE DE SERVICO INTEGRADO, EM POLIPROPILENO (PP), PARA TUBOS EM PEAD/PVC, 60 X 32 MM - LIGACAO PREDIAL DE AGUA	UN	-	-	-
000055	1,1428571	000064	UNIAO EM POLIPROPILENO (PP), PARA TUBO EM PEAD, 20 MM - LIGACAO PREDIAL DE AGUA	UN	-	-	-
000055	2,8214285	037423	UNIAO EM POLIPROPILENO (PP), PARA TUBO EM PEAD, 32 MM - LIGACAO PREDIAL DE AGUA	UN	-	-	-
000119	1,0000000	000119	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, BISNAGA COM 75 GR	UN	C	9,45	9,45
000119	20,0159858	039719	ADESIVO / COLA DE CONTATO LIQUIDO, A BASE DE RESINAS, PARA COLAGEM DE ESPUMA PARA ISOLAMENTO TERMICO FLEXIVEL	L	CR	189,15	189,15
000119	4,5026643	003410	ADESIVO / COLA PARA EPS (ISOPOR) E OUTROS MATERIAIS	KG	CR	42,55	42,55
000119	3,9458259	021114	ADESIVO PARA TUBOS CPVC, *75* G	UN	CR	37,28	37,28
000119	7,6944938	000122	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM *850* GR	UN	CR	72,71	72,71
000119	2,5115453	020080	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM 175 GR	UN	CR	23,73	23,73
000119	3,1758437	020078	PASTA LUBRIFICANTE PARA TUBOS E CONEXOES COM JUNTA ELASTICA, EMBALAGEM DE *400* GR (USO EM PVC, ACO, POLIETILENO E OUTROS)	UN	CR	30,01	30,01
000119	6,7140320	000118	PASTA VEDA JUNTAS/ROSCA, EMBALAGEM DE *500* G, PARA INSTALACOES DE AGUA, GAS E OUTROS	UN	CR	63,44	63,44

RELATÓRIO DE PREÇOS DE INSUMOS

Encargos sociais SEM desoneração:

Horista: **113,04%**Mensalista: **70,21%**Mês de Referência: **11/2025**Localidade: **RIO DE JANEIRO - RJ**

Encargos sociais COM desoneração:

Horista: **90,83%**Mensalista: **52,43%**Data de emissão: **22/12/2025**

Código Família	Coeficiente	Código Insumo	Descrição do Insumo	Unid.	Origem de Preço	Preços (R\$)	
						SEM desoneração	COM desoneração
000119	8,7175844	020083	SOLUCAO PREPARADORA / LIMPADORA PARA PVC, FRASCO COM 1000 CM3	UN	CR	82,38	82,38
000123	1,0000000	000123	ADITIVO IMPERMEABILIZANTE DE PEGA NORMAL PARA ARGAMASSAS E CONCRETOS SEM ARMACAO, LIQUIDO E ISENTO DE CLORETOS	L	C	5,87	5,87
000123	20,8160843	000157	ADESIVO ESTRUTURAL A BASE DE RESINA EPOXI PARA INECAO EM TRINCAS, BICOMPONENTE, BAIXA VISCOSIDADE	KG	CR	122,19	122,19
000123	7,4119797	000156	ADESIVO ESTRUTURAL A BASE DE RESINA EPOXI, BICOMPONENTE, FLUIDO	KG	CR	43,50	43,50
000123	6,3386371	000131	ADESIVO ESTRUTURAL A BASE DE RESINA EPOXI, BICOMPONENTE, PASTOSO (TIXOTROPICO)	KG	CR	37,20	37,20
000123	2,4446792	000124	ADITIVO ACELERADOR DE PEGA E ENDURECIMENTO PARA ARGAMASSAS E CONCRETOS, LIQUIDO E ISENTO DE CLORETOS	L	CR	14,35	14,35
000123	4,6872750	045146	ADITIVO IMPERMEABILIZANTE CRISTALIZANTE PARA CONCRETO	KG	CR	27,51	27,51
000123	2,3878030	000127	ADITIVO IMPERMEABILIZANTE DE PEGA ULTRARRAPIDA, LIQUIDO E ISENTO DE CLORETOS	L	CR	14,01	14,01
000123	0,9918858	000133	ADITIVO LIQUIDO INCORPORADOR DE AR PARA CONCRETO E ARGAMASSA, LIQUIDO E ISENTO DE CLORETOS	L	CR	5,82	5,82
000123	1,1082116	043617	ADITIVO PLASTIFICANTE E ESTABILIZADOR PARA ARGAMASSAS DE ASSENTAMENTO E REBOCO, LIQUIDO E ISENTO DE CLORETOS	L	CR	6,50	6,50
000123	1,0283501	000132	ADITIVO PLASTIFICANTE RETARDADOR DE PEGA E REDUTOR DE AGUA PARA CONCRETO, LIQUIDO E ISENTO DE CLORETOS	L	CR	6,03	6,03
000123	2,5882768	043618	ADITIVO SUPERPLASTIFICANTE DE PEGA NORMAL PARA CONCRETO, LIQUIDO E ISENTO DE CLORETOS	KG	CR	15,19	15,19
000123	1,6299805	042409	AGENTE DE CURA, PROTETOR DA EVAPORACAO DA AGUA DE HIDRATAÇÃO DO CONCRETO	KG	CR	9,56	9,56
000123	0,5704773	000130	ARGAMASSA POLIMERICA DE REPARO ESTRUTURAL, BICOMPONENTE	KG	CR	3,34	3,34
000123	0,4589423	000135	ARGAMASSA POLIMERICA IMPERMEABILIZANTE SEMIFLEXIVEL, BICOMPONENTE, A BASE DE CIMENTO E ADITIVOS	KG	CR	2,69	2,69
000123	2,3558601	001375	CIMENTO IMPERMEABILIZANTE DE PEGA ULTRARRAPIDA PARA TAMPONAMENTOS	KG	CR	13,82	13,82
000123	5,2263494	043144	DESMOLDANTE PARA CONCRETO ESTAMPADO	KG	CR	30,67	30,67
000123	2,3822711	039397	DESMOLDANTE PARA FORMAS METALICAS A BASE DE OLEO VEGETAL	L	CR	13,98	13,98
000123	0,9613600	002692	DESMOLDANTE PROTETOR PARA FORMAS DE MADEIRA, DE BASE OLEOSA EMULSIONADA EM AGUA	L	CR	5,64	5,64
000123	1,2312169	043146	ENDURECEDOR MINERAL DE BASE CIMENTICIA PARA PISO DE CONCRETO	KG	CR	7,22	7,22
000123	0,2357973	000134	GRAUTE CIMENTICIO PARA USO GERAL	KG	CR	1,38	1,38
000123	2,6295709	000140	IMPERMEABILIZANTE FLEXIVEL BRANCO DE BASE ACRILICA PARA COBERTURAS	KG	CR	15,43	15,43
000123	3,8804320	000151	IMPERMEABILIZANTE INCOLOR, BASE SILICONE, PARA TRATAMENTO DE FACHADAS, TELHAS, PEDRAS E OUTRAS SUPERFICIES	L	CR	22,77	22,77
000123	12,2546984	041315	MEMBRANA IMPERMEABILIZANTE A BASE DE POLIUREIA, BICOMPONENTE, APLICACAO A FRIO	KG	CR	71,93	71,93
000123	8,3184048	043148	MEMBRANA IMPERMEABILIZANTE A BASE DE POLIURETANO	KG	CR	48,82	48,82
000123	3,2220117	043147	MEMBRANA IMPERMEABILIZANTE ACRILICA MONOCOMPONENTE	KG	CR	18,91	18,91
000123	2,3452957	034361	METACALIM DE ALTA REATIVIDADE/CAULIM CALCINADO	KG	CR	13,76	13,76
000123	48,7018619	044537	POZOLANA DE CLASSE C	T	CR	285,87	285,87
000123	77,7906738	044074	PRIMER DE POLIURETANO	L	CR	456,63	456,63
000123	13,4886198	000153	REVESTIMENTO EPOXI DE ALTA RESISTENCIA QUIMICA, ISENTO DE SOLVENTES, BICOMPONENTE	L	CR	79,17	79,17
000123	10,1640046	011622	SELANTE A BASE DE ALCATRAO E POLIURETANO PARA JUNTAS HORIZONTAIS	KG	CR	59,66	59,66

ESCOLA NAVAL

Contrato 7/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
7/2026	762400-ESCOLA NAVAL	EDGAR PEREIRA DE MELO DA COSTA	07/04/2026 12:38 (v 0.3)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		63099.000143/2026-37

1. OBJETO



(Processo Administrativo nº 63099.000143/2026-37)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
E

União, por intermédio da Escola Naval, com sede na Av. Almirante Sylvio de Noronha s/nº - Castelo - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20.021-010 inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00394502/0099-58, neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no no Processo nº 63099.000143/2026-37 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº 90012/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Aquisição de Equipamentos de Ar Condicionado de 9.000 BTUS A 60.000 BTUS – Fornecimento e Instalação com base no maior desconto na tabela não desonerada SINAPI-RJ (Sistema Nacional de Preços e Índices para a Construção Civil), necessários para a manutenção, reparação e melhoria das instalações da Escola Naval.

1.2. Objeto da contratação:

--	--	--	--	--	--	--

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT /CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO.

1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de DOZE MESES contados da assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 7 (sete dias), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 5 (cinco dias) ;

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.16. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 Não se aplica

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2 Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: [...];

II) Fonte de recursos: [...];

III) Programa de trabalho: [...];

IV) Elemento de despesa: [...]; e

V) Plano interno: [...]; e

VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante a

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal no Rio de Janeiro, Seção Judiciária de XXXXX para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: De acordo com a Portaria nº 14/EN anexa ao Processo.

EDGAR PEREIRA DE MELO DA COSTA
Equipe de apoio

ESCOLA NAVAL

Ata de Registro de Preços 17/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
17/2026	762400-ESCOLA NAVAL	EDGAR PEREIRA DE MELO DA COSTA	07/04/2026 12:38 (v 0.3)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		63099.000143/2026-37

1. DO OBJETO



Processo Administrativo nº 63099.000143/2026-37

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

A Escola Naval, com sede na Av. Sylvio de Noronha s/nº, Ilha de Villegagnon, Castelo, Rio de Janeiro/RJ inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.502/0099-58, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado (a) pela Portaria nº de de de 202..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº .., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo nº 63099.050713 /2025-59, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual Aquisição de Equipamentos de Ar Condicionado de 9.000 BTUS A 60.000 BTUS – Fornecimento e Instalação com base no maior desconto na tabela não desonerada SINAPI-RJ (Sistema Nacional de Preços e Índices para a Construção Civil), necessários para a manutenção, reparação e melhoria das instalações da Escola Naval, especificados no item 1.1 do Termo de Referência, **anexo I do edital de licitação nº 90001/2026**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Escola Naval.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Com fulcro no PARECER n. 00075/2024/DECOR/CGU/AGU QUE ELUCIDA o art. 5, 40 e 84, da Lei 14.133 /2021, C/C ao Decreto n.º 11.462/caput 2023, os itens oriundos deste processo poderão ser renovados em sua totalidade ao quantitativo inicialmente registrado. Em caso de prorrogação de vigência da ata de registro de preços por necessidade da administração bem como anuência da licitante será observado a manutenção da vantajosidade aplicada ao(s) itens homologados por meio de pesquisa de mercado a celebração de tal feito ocorrerá por termo aditivo dentro do prazo da vigência da ARP.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2.. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023[A2] .

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de

registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente[A1] após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

12. ANEXO - CADASTRO RESERVA

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EDGAR PEREIRA DE MELO DA COSTA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 07/04/2026 às 12:38:06.

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Com base no Capítulo V Art. 59 Inciso III e IV da Lei 14.133/2021 e IN SEGES/ME n.º 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022 em seu capítulo VIII Art. 34 que versão sobre Exequibilidade esta administração apresenta um modelo de planilha de custos e formação de preços que pode ser utilizado (caso solicitado) como referência para a elaboração da sua planilha ato este em caso de ocorrência a ferimento dos termos da lei supracitados.

EMPRESA:						CNPJ		
Custos diretos (gasto com aquisição do item pela empresa x quantidade do processo)						Custos indiretos		
Item	Descrição	Uf	Qtd	Preço unit	Custo total	Despesa administrativa	Despesa operacional	Total (adm+operacional)
1				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
6				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
9				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
10				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
11				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Formação do Preço de Venda:							
	Custo total		R\$ 0,00					
	Custos indiretos		R\$ 0,00					
	Sub Total		R\$ 0,00					
	Margem de lucro (insira a porcentagem)		R\$ 0,00					
	Preço de venda final (para o órgão)		R\$ 0,00					

Assinatura do Representante

TIMBRE OU LOGOTIPO DA PROPONENTE / CNPJ

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Preencher integralmente por processo mecânico ou eletrônico, sem emendas e rasuras; conter os preços em algarismos e por extenso, já incluídos todos os custos diretos e indiretos, transporte e entrega no local indicado pelo órgão/entidade contratante, seguros, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras não mencionadas; ser datada e assinada por representante legal da empresa.

DADOS DO PROPONENTE	
Nome:	
Endereço:	
Telefone:	E-mail:
Elemento de Contato:	

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTD	VL.UNIT	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
4					

Valor Total da Proposta (por extenso):

VALIDADE DA PROPOSTA
60 (sessenta) dias.

LOCAIS DE ENTREGA DO MATERIAL
ESCOLA NAVAL (EN) – Av. Almirante Sylvio de Noronha s/nº, Ilha de Villegagnon, Castelo, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20021-010.

DADOS BANCÁRIOS
Banco: Abc / xxx
Agência: (Número)
Conta Corrente: (Número)

Declaramos inteira submissão a presente proposta e legislação vigente.

Local, Rio de Janeiro, em, de de 2025.

Assinatura representante legal da Empresa